

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

CINTIA APARECIDA DIAS

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

**FLORIANÓPOLIS
2008/2**

CINTIA APARECIDA DIAS

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Maria Teresa dos Santos

**FLORIANÓPOLIS
2008/2**

CINTIA APARECIDA DIAS

**A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NO PROCESSO DE REABILITAÇÃO DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA VISUAL**

**Trabalho de Conclusão de Curso aprovado pela banca examinadora como requisito parcial
para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.**

BANCA EXAMINADORA:

Orientadora

Prof^a. Dr^a. Maria Teresa dos Santos – Universidade Federal de Santa Catarina

1^a Examinadora

Prof^a. Dr^a Eliete Cibele Cipriano Vaz – Universidade Federal de Santa Catarina

2^a Examinadora

A.S. Lidiane Cristina da Costa Barbosa – Assistente Social Associação Catarinense para
Integração do Cego

Florianópolis, março de 2009.

Dedico este trabalho a todos àqueles que de alguma maneira contribuíram em minha caminhada acadêmica: familiares, amigos e professores.

Dedico também a Deus, que me deu força para continuar nesta caminhada, apesar dos obstáculos encontrados. E, acima de tudo aquele que me deu a vida.

AGRADECIMENTOS

Há tantos a agradecer neste momento...

Primeiramente agradeço àquele, que me permitiu tudo isso, ao longo de toda a minha vida, e, não somente nestes anos de vida universitária, a você meu DEUS, obrigada.

Ao meu namorado, Jaison da Costa, que de forma especial e carinhosa sempre me deu força e coragem, me apoiando nos momentos de dificuldades, obrigada.

A minha orientadora Prof.^a Dr^a Maria Teresa dos Santos, por ter aceitado me orientar, pelo estímulo e compreensão nos momentos mais difíceis.

A todos os funcionários, aos alunos e seus familiares, aos amigos da Associação Catarinense para Integração do Cego pelo apoio e acolhida durante o período de realização do estágio.

A Minha Família, meus pais e meus irmãos, que nos momentos de ausência dedicados ao estudo, sempre me fizeram compreender que o futuro, é feito a partir da constante dedicação no presente!!!

Aos meus colegas de turma, minha segunda família, que fortaleceram os laços da igualdade, num ambiente fraterno e respeitoso!!! Em especial a minha amiga Maiara por todo seu carinho e por nossas longas conversas. Jamais lhes esqueceri!!!

Por fim, a todos, o meu,

Muito Obrigada!!!

“No meio do caminho tinha uma pedra/
tinha uma pedra no meio do caminho/
tinha uma pedra no meio do caminho tinha uma
pedra/ Nunca me esquecerei desse acontecimento/
Na vida de minhas retinas tão fatigadas/ Nunca me
esquecerei que no meio do caminho tinha uma pedra/
Tinha uma pedra no meio do caminho/ no meio do
caminho tinha uma pedra.”

Carlos Drummond de Andrade

DIAS, Cintia Aparecida. **A participação da família no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual.** Trabalho de Conclusão de Curso em Serviço Social. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.78p.

RESUMO

O presente trabalho tem com objetivo analisar a percepção dos familiares de pessoas com deficiência visual em reabilitação na ACIC sobre o seu papel nesse processo, bem com analisar suas expectativas em relação ao período pós-reabilitação, assim como identificar elementos que possam contribuir para um atendimento que tenha maior participação da família neste importante momento para as pessoas com deficiência visual. A ACIC é uma entidade que visa o atendimento de todas as pessoas com deficiência visual mediante educação, reabilitação e sua profissionalização. O desenvolvimento do presente trabalho teve início pelo levantamento bibliográfico sobre a temática, e pesquisa nos prontuários da instituição. Para realização da pesquisa buscou-se compreender o papel da família no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual, sendo empregado o modelo de pesquisa exploratório de caráter qualitativo e utilizada a entrevista semi-estruturada como principal instrumento de coleta de dados. A entrevista semi-estruturada foi realizada seguindo um roteiro com questões fechadas e abertas. O processo de coleta de dados na coleta de dados, devido ao tempo disponível para elaboração e análise da pesquisa e o fato do universo da pesquisa ser muito amplo, foi restrito as entrevista ficaram restritas a um total de 05 (cinco) famílias, sendo essas residentes no município de Florianópolis ou estavam na cidade no momento de realização da pesquisa. A faixa etária dos alunos a serem avaliados foi restrita para indivíduos com idade entre 12 e 30 anos, para melhor identificar sua autonomia perante o aprendizado adquirido na ACIC. Através da pesquisa foi possível perceber a importância da família durante todo o processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual com vistas ao aprimoramento das atividades aprendidas.

Palavras-chave: Pessoas com Deficiência; Deficiência Visual; Participação; Reabilitação; Família.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Sala de Orientação e Mobilidade	20
FIGURA 2 - Salas de AVD	21
FIGURA 3 - Máquina Braille, aparelho de Sorobã, lupa, reglete e o punção.....	21
FIGURA 4 - Sala de Comunicação Alternativa	22
FIGURA 5 - Sala de Informática	22
FIGURA 6 - Sala de Musicoterapia	23
FIGURA 7 - Sala da Profissionalização	23
FIGURA 8 - Trabalhos manuais para profissionalização	24
FIGURA 9 - Sala de Estimulação precoce	24
FIGURA 10 - Vistas externa e Interna do Centro de Hospedagem da ACIC	29

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Idade dos alunos atendidos pela ACIC	26
GRÁFICO 2 - Local de moradia das famílias.....	27
GRÁFICO 3 - Local de moradia dos alunos.....	28
GRÁFICO 4 - Estado Civil.....	29
GRÁFICO 5 - Sexo.....	29
GRÁFICO 6 - Deficiência Visual.....	30

LISTA DE SIGLAS

ACIC	Associação Catarinense para Integração do Cego
AVD	Atividades da Vida Diária
CONADE	Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência
CAP	Centro de Atendimento Pedagógico
CORDE	A Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência
CRPC	Centro de Reabilitação Profissionalização e convivência
FCEE	Fundação Catarinense de Educação Especial
FEBEC	Federação Brasileira de entidades de Cegos
FENEIS	Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos
INES	Instituto Nacional de Educação dos Surdos
MEC	Ministério da Educação e Cultura
ONEDEF	Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos
OM	Orientação e Mobilidade
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
SESI	Serviço Social da Indústria
SME	Secretaria Municipal de Educação

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
1 ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO – ACIC: O LUGAR DE APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL.....	13
1.1 Resgate histórico sobre o atendimento as pessoas com deficiência em Santa Catarina.	14
1.2 A ACIC e o atendimento prestado a seus alunos.....	15
1.3 Centro de reabilitação, profissionalização e convivência – CRPC.....	18
1.4 Perfil dos alunos atendidos pela ACIC.....	25
2 A FAMÍLIA, A DEFICIÊNCIA E A REABILITAÇÃO.....	32
2.1 Procedimentos metodológicos.....	33
2.2 Os direitos das pessoas com deficiência.....	35
2.3 Tipos de deficiência.....	39
2.3.1 Definindo a cegueira e a visão subnormal.....	41
2.4 Família.....	42
2.4.1 Caracterizando as famílias entrevistadas.....	42
2.4.2 A participação na reabilitação.....	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS	62
APÊNDICE A - FOTOS DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO.....	68
APÊNDICE B - ROTEIRO DE PERGUNTAS.....	70
ANEXO A - ESCALA OPTOMÉTRICA DE SNELLEN.....	73
ANEXO B - FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SOCIAL.....	75

INTRODUÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso é requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social. Para tanto se buscou analisar de que forma se dá a participação da família em relação ao processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual desenvolvido pela Associação Catarinense para Integração do Cego - ACIC.

A ACIC se constitui uma entidade de cegos para cegos, que visa à promoção e à realização de atividades educativas, de reabilitação e profissionalização para as pessoas com deficiência visual, integrando - as na sociedade.

O interesse em desenvolver uma pesquisa referente à participação da família no processo de reabilitação surgiu no decorrer do curso de graduação em Serviço Social, primeiramente pela aproximação com uma colega de turma com deficiência visual (baixa visão).

A sexta fase do curso foi decisiva para a definição da temática. Por meio dos projetos exigidos nas disciplinas DSS5146 - Pesquisa em Serviço Social, com o título “As condições objetivas para o processo de “inclusão” de crianças com deficiência na Escola Básica Beatriz de Souza Brito em Florianópolis no bairro do Pantanal”. Juntamente com a disciplina DSS5333 - Planejamento em Serviço Social onde o trabalho elaborado foi intitulado “Permanência e adaptação dos acadêmicos com deficiência visual da graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Outro fator importante para se destacar a necessidade de mais estudos e elaborações teóricas sobre o tema da deficiência é a carência de material para ser pesquisado, principalmente no que se refere a atuação do profissional de Serviço Social.

Na sétima fase, o estágio foi realizado na Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC), que há algum tempo não estava oferecendo estágio na área de Serviço Social. Entretanto, pelo contato com a Assistente Social, a instituição aceitou a supervisão devido ao interesse demonstrado pela temática.

Pela participação no campo de estágio surgiram possibilidades de participação em eventos relacionados com a temática da deficiência visual os quais muito contribuíram para a maturação das idéias. Foram eles: Capacitação para as Organizações de Pessoas com Deficiência e sua Inserção nas Políticas Públicas “Capacitando para Cidadania”, realizada de 13 a 14 de junho de 2008, em Porto Alegre, RS; a I Conferencia Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência,

realizada de 25 a 26 de junho de 2008, em Florianópolis e o curso de Orientação e Mobilidade, realizado de 21 a 28 de julho de 2008 em Florianópolis.

A demanda sobre a participação da família no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual chamou a atenção durante o período de realização do estágio, na medida em que alguns questionamentos surgiam, como por exemplo: como seria para os familiares de pessoas com deficiência visual, conviver com esta deficiência visual sem que para isso tenha conhecimentos sobre como lidar com os problemas decorrentes da deficiência.

O ambiente familiar é o primeiro e fundamental meio onde o indivíduo deve encontrar as condições para se desenvolver, aprendendo a habituar-se à sociedade em que vive. Portanto esta pesquisa se pauta na compreensão do papel da família no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual. Para tanto, a proposta de trabalho aqui apresentada foi orientada pelo seguinte objeto de pesquisa: “Qual a compreensão de participação dos familiares das pessoas com deficiência visual em processo de reabilitação na ACIC?”

Com base no objeto de pesquisa pôde-se desenvolver o trabalho em 2 (duas) seções. A primeira situa a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC, assim como busca caracterizar brevemente seus usuários, será apresentando ainda uma noção sobre a deficiência visual e o processo de reabilitação.

Na segunda seção, se trará:

- Análise sobre a participação da família no processo de reabilitação com base na realidade dos usuários atendidos pela Associação, buscando se conceituar uma noção sobre família no dias atuais;
- Caracterização das famílias entrevistadas, buscando evidenciar a diversidade familiar verificada durante as entrevistas. Todavia pode-se verificar a relação de aproximação com a questão da deficiência.

Por fim, pretende-se elencar os elementos necessários à maior participação dos familiares no processo de reabilitação das pessoas com deficiência visual.

1 ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO – ACIC: O LUGAR DE APRENDIZAGEM DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA VISUAL

A compreensão sobre o tema da deficiência depende do contexto no qual a pessoa com deficiência está inserida. Qualquer serviço que busca tornar este indivíduo mais autônomo e independente, precisa necessariamente levar em conta o contexto e as particularidades de sua condição. Não se pode deixar de lado a importância da família nesse contexto, devido ao fato de ser a família o lugar onde se inicia todo o processo de socialização, como também o papel que uma criança desempenha como membro na dinâmica familiar.

Na trajetória de vidas das pessoas, a família segundo Arcoverde (2002), é o espaço da garantia de sobrevivência, de desenvolvimento e de proteção de seus membros.

As famílias de pessoas com deficiência, segundo Omote (2003) precisam merecer atenção especial tanto dos serviços de educação especial como os de reabilitação. É papel dos familiares não apenas o provimento de informações que auxiliem os profissionais na compreensão de todo o processo evolutivo da pessoa com deficiência, mas a cooperação com os profissionais especializados.

Os familiares ou quem mais diretamente se relaciona com a pessoa com deficiência, muitas vezes, sem saber como lidar com o problema, acaba agindo de uma forma mais afetiva do que racional e efetiva.

É certo que o envolvimento da família no processo de reabilitação favorece a integração da pessoa com deficiência e promove a sua qualidade de vida.

E é nesse contexto que se insere a Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC.

1.1 Resgate histórico sobre o atendimento às pessoas com deficiência em Santa Catarina

Segundo o Portal Pedagógico de Santa Catarina, o Estado, foi um dos percussores da idéia de educação especial. Em 1954, o professor João Barroso Júnior, técnico de educação do Ministério de Educação e Cultura, veio ao Estado para divulgar o Instituto Nacional de Educação dos Surdos - INES do Rio de Janeiro. Entretanto, somente em 1957 se inicia o atendimento na área da educação especial, com o funcionamento de uma classe especial para crianças com deficiência, no Grupo Escolar Dias Velho, que posteriormente veio a se chamar Grupo Escolar Barreiros Filho.

Em Santa Catarina, segundo Lourenço (2004), o atendimento especializado a pessoas com deficiência visual teve início em 1962, quando professoras da rede estadual de ensino, residentes no município de Canoinhas, foram encaminhadas a São Paulo para participação em um curso de capacitação realizado pela Fundação do livro do Cego no Brasil, atualmente Fundação Dorina Nowill. Trata-se de uma das entidades mais conceituadas atualmente no Brasil que luta pela “inclusão” social das pessoas com deficiência visual, por meio da educação e cultura. O curso era voltado especificamente para o trabalho com pessoas com deficiência visual. Com o retorno dessas profissionais, foi implantado um sistema de ensino itinerante. No período de 1963 a 1966, a idéia de ensino itinerante já vinha sendo implantado em outros estados brasileiros e foi se espalhando pelas cidades catarinenses de Canoinhas, Brusque, Rio do Sul, Concórdia e Florianópolis.

O sistema de ensino Itinerante, segundo Mais (2002) atende aos alunos com deficiência visual matriculados em estabelecimentos de ensino regular de sua comunidade. O ensino itinerante é indicado quando o número de alunos a serem atendidos, nas escolas ou na região, não justifica a criação de uma sala de recursos¹, e suas necessidades específicas poderiam ser atendidas simultaneamente pelos professores de classe regular e do ensino itinerante, bem como pela própria família.

¹ Neste tipo de atendimento, o aluno com deficiência visual total ou portador de visão subnormal, após avaliação educacional e desenvolvimento de atividades introdutórias, pode ser encaminhado a uma classe comum correspondente ao seu nível de adiantamento, recorrendo à sala de recursos quando encontrar dificuldades de aprendizagem decorrentes de problemas impostos por sua limitação visual.

O professor itinerante, de acordo com SME/IHA/RJ (1999 apud Glat 2007) tem como desígnio “prestar assessoria às escolas regulares que possuem alunos com necessidades especiais incluídos (...), [tendo] como atribuição a produção de materiais pedagógicos necessários ao trabalho com estes alunos” O professor itinerante presta ainda atendimento educacional domiciliar para alunos com necessidades especiais impedidos de freqüentar a escola por razões físicas ou de saúde.

O ensino itinerante era realizado preferencialmente por um professor especialista em Educação Especial, e auxiliou na implementação da educação inclusiva, principalmente em grandes centros urbanos, onde não existia disponibilidade de professores com formação em educação especial para o atendimento de alunos com diferentes tipos de necessidades.

Em 1968 foi realizado o II Congresso de Deficientes Visuais, em Brasília, onde se tomou conhecimento do número de pessoas com deficiência visual em Santa Catarina, devido a Campanha Nacional de Educadores de Cegos, que estava ligada ao Ministério da Educação e Cultura (MEC), assim como a Fundação para o Livro do Cego tornou público o importante trabalho que desenvolvia no estado.

A expansão dos serviços de educação especial em Santa Catarina exigiu a criação de uma instituição pública, que tivesse como propósito definir as diretrizes de funcionamento da educação especial, em âmbito estadual e promover a capacitação de recursos humanos e a realização de estudos e pesquisas ligadas à prevenção, assistência e integração da pessoa com deficiência. Com esses objetivos, foi criada, em 6 de maio de 1968, a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, objeto da Lei nº 4.156, regulamentada pelo Decreto nº 7.443, de 2 de dezembro do mesmo ano.

1.2 A ACIC e o atendimento prestado a seus alunos

Em 1974, a ACIC inicia seus trabalhos com pessoas com deficiência visual em Florianópolis, em uma sala cedida no Mercado Municipal. As pessoas com tal deficiência passaram a frequentar além do ensino regular, atividades específicas, entre elas: Locomoção, Atividades da Vida Diária (AVD), Atividades Manuais e Educação Física.

A sugestão do nome, Associação Catarinense para Integração do Cego, foi dada pelo professor da Universidade Federal de Santa Catarina, Humberto Ungaretti, advogado que contribuiu para a fundação da Associação, assim como a criação de seu primeiro estatuto.

A ACIC é uma instituição privada, sem fins lucrativos, de âmbito estadual, fundada em 18 de Junho de 1977, no governo de Ernesto Beckmann Geisel, general e político brasileiro, o quarto presidente do regime militar instaurado pelo golpe militar de 1964, foi pensada por um grupo de pessoas cegas que tinha o ideal de buscar uma melhor qualidade de vida para as pessoas com deficiência visual.

Declarada de Utilidade Pública pelas Leis n°. 94.230 de 15/04/87 (Federal), lei Estadual n°5.478 de 09/10/78 e lei Municipal n° 1.606 de 28.08.7, e certificada como de Fins Filantrópicos pelo processo n° 4406.002474/97-07.

Segundo Wiggers (2005), a idéia de criar uma Associação para pessoas com deficiência visual surgiu nesse contexto, ainda nos anos 70, quando também se iniciava em Santa Catarina o processo de integração (hoje “inclusão”) de crianças cegas no ensino regular. A primeira matrícula de uma criança cega em uma escola comum aconteceu em 1970, na Escola Barreiros Filho, em Florianópolis.

Ainda conforme Wiggers (2005), o objetivo inicial do grupo formado por pessoas cegas e videntes², que se reuniu para pensar a Associação era criar um espaço que pudesse reunir as pessoas com deficiência visual para promover a convivência, e troca de idéias, deixando o mudo isolado onde, muitas vezes, viviam. O atual presidente da ACIC, Adilson Ventura (gestão 2005-2008 reeleito para o quadriênio 2009-2012) participou de todo o processo de fundação da Associação. Segundo o presidente, em entrevista concedida a Wiggers (2005), os cegos na época de criação da Associação não eram ouvidos, eles “tinham donos”. Os familiares, professores e técnicos decidiam por eles, sem perguntar se era realmente “aquilo” que eles queriam.

Existia uma discriminação muito forte da sociedade para com as pessoas com qualquer deficiência, situação com a qual convivemos até hoje. Normalmente, essas pessoas são vistas como incapazes e não como sujeitos de direito. Essa era uma das preocupações e motivações para que a Associação fosse fundada, assim como a garantia de direitos das pessoas com deficiência visual e também a intenção de ser uma entidade representativa dessas pessoas, lutando por seus direitos e interesses como instituição e não mais de maneira isolada e desorganizada.

² Pessoas que enxergam normalmente.

Outro item que estava sempre em pauta nas reuniões para criação da Associação era a profissionalização. Embora as pessoas com deficiência em sua maioria tivessem acesso à educação e reabilitação, a profissionalização era trabalhada apenas eventualmente, de forma descontínua. Quando se começou a pensar o surgimento da Associação, tinha-se a intenção de criar um espaço de convivência, com atividades de educação, lazer, atividades culturais, que pudessem evoluir e transformar-se em atividades profissionalizantes, visando à preparação das pessoas para inserção no mercado de trabalho.

A ACIC é mantida com o auxílio de eventuais convênios com instituições públicas e/ou privadas, doações de sócio-colaboradores e promoções sociais.

Segundo o manual para propostas de convênios de 2009, os recursos destinados para manutenção de suas despesas são provenientes de Convênio Governo Federal (1,06%), Convênio Governo Municipal (14,87%), Empresas Privadas (3,28%), Contribuições de Sócios/Usuários e/ou Responsáveis (1,90%) e a maior parte provém de eventos e promoções da própria Associação (78,89%).

Ressalta-se a importância do trabalho desenvolvido pela ACIC, em face da necessidade constante da Associação na busca de parcerias, e na elaboração de projetos que supram suas necessidades financeiras, visto que o investimento por parte dos órgãos governamentais não supre toda a demanda Institucional. No que se refere a este ponto merece destaque a contratação de uma Assistente social no ano de 2008 exclusivamente para a elaboração de projetos sociais para captação de recursos.

Segundo dados retirados do portfólio institucional, a ACIC tem como Finalidade/Missão institucional desenvolver ações que visem à “inclusão” social da pessoa com deficiência visual, promovendo a cidadania e a “inclusão” social da pessoa cega, de baixa visão e com outras deficiências associadas.

De acordo com a Sinopse Estatística da Educação Básica 2007, em Santa Catarina existem 16.756 alunos da Educação Especial de Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou em Classes Especiais. O estado de Santa Catarina tem uma população total de 5.357.864 destes 761.564 tem algum tipo de deficiência.

Segundo o Relatório Estatístico da Educação Especial³ no estado de Santa Catarina no ano de 2006, o número de pessoas com deficiência visual atendidos em instituições especializadas foi de 1.018 pessoas. No ano de 2008 a ACIC atendeu em media 150 alunos em reabilitação, nota-se aqui que o número de atendimentos realizados pela ACIC é bastante considerável.

A ACIC é referência não somente para o estado de Santa Catarina como para o Brasil, visto que pessoas com deficiência visual residentes em varias regiões do Brasil mudaram-se para Florianópolis em busca de um atendimento especializado. Segundo Ribeiro (2003) o número de pessoas vindas de outras regiões chegou a 35 mil. Cabe ressaltar o levantamento realizado pela acadêmica autora do presente trabalho, de acordo com o Gráfico 2 (p. 27), onde 83% dos alunos em atendimento pela ACIC não são naturais do município de Florianópolis.

A equipe técnica da ACIC é formada por pessoas com deficiência visual e videntes, além de voluntários que visam complementar o atendimento prestado, tais como: Oftalmologista, Ginecologista, especialista em naturologia, acompanhante amigo, entre outros.

“Voluntario é o cidadão, que movido por valores de participação e solidariedade, doa seu tempo, trabalho e talento, de maneira espontânea e não remunerada, para causas de interesse social e comunitária”.⁴

1.3 Centro de reabilitação, profissionalização e convivência – CRPC

Atualmente a Associação Catarinense para Integração do cego pode ser dividida em cinco ambientes:

- **Administração:** comporta a secretaria, a sala da presidência, a sala de reuniões, a sala da impressora Braille (responsável pela produção de material em Braille) onde

³ O presente documento registra, estatisticamente, o atendimento prestado às pessoas com necessidades especiais em serviços na Rede Regular de Ensino e em Instituições Especializadas durante o ano de 2006 do Estado de Santa Catarina.

⁴ Definição obtida através da participação da Acadêmica no Encontro denominado: Capacitação: Gerenciamento de Voluntários em organizações do terceiro setor. Promovido pelo Instituto Voluntários em Ação em parceria com o Programa Mesa Brasil/SESC. Realizado nos dias 05 e 06 de novembro de 2008., no auditório da Fecomércio, a Rua Felipe Schmidt, 785, centro, Florianópolis.

está localizada a sala da Rádio Legal (produzida e administrada por pessoas com deficiência visual entre professores e alunos;

- **Setor da Saúde:** abriga a secretaria do setor, a sala da Psicologia, a sala do Serviço Social responsável pelo voluntariado, a sala do Serviço Social responsável pela elaboração de projetos, a sala de atendimento da naturologia e do médico voluntário. Futuramente pretende-se estabelecer nesse setor um consultório para atendimento oftalmológico (projeto já em andamento);
- **Alojamento da Associação** destinado aos alunos em atendimento que não possuem condições de retornar as suas casas todos os dias; (Apêndice A)
- **Setor de Educação Física:** possui uma sala própria, separada das demais atividades disponibilizadas pela Associação;
- E o **CRPC:** concentram-se aí as demais atividades oferecidas pela Associação, como será descrito logo a seguir. O CRPC é dirigido por uma diretoria técnica própria

Segundo o Portfólio Institucional (ACIC 2007), em 1986 foi criado o Centro de Reabilitação, Profissionalização e convivência CRPC, que tem como objetivo Geral “Desenvolver atividades voltadas à habilitação, reabilitação plena, educação, profissionalização e convivência com pessoas cegas e de baixa visão, promovendo a sua cidadania”.

Nesse centro, o atendimento é gratuito e aberto a todos os interessados, sendo necessário somente submeter-se ao processo de avaliação com os profissionais de Psicologia, Pedagogia, Serviço Social e Orientação e Mobilidade. Se for necessário, a pessoa passará também por profissionais de Atividades da Vida diária, Educação Física, Psicomotricidade e Musicoterapia.

Em outro momento, a equipe se reúne e é realizado um estudo de caso, o qual fornecerá subsídios para a programação do atendimento do aluno, lembrando que cada aluno tem a sua programação de acordo com as suas necessidades.

O profissional de serviço social é responsável pelos encaminhamentos iniciais, pois é necessário que se investigue todo o processo de inaptidão do usuário, como ele se encontra na atualidade, suas dificuldades, como também o histórico de sua doença e o relacionamento familiar. Deste modo pode-se ter maior esclarecimento sobre a “deficiência” do usuário

subsidiando a execução da programação terapêutica de acordo com as suas limitações e potencialidades.

Para tornar-se aluno da Associação, a pessoa pode ser encaminhada por alguma instituição de educação especial, por algum membro da família, por um conhecido, por algum serviço da comunidade ou ainda por conta própria, sendo necessário apenas submeter-se ao processo de triagem e avaliação multidisciplinar. Na triagem, é preciso verificar se a pessoa com deficiência visual preenche os pré-requisitos mínimos para freqüentar o atendimento, ou seja, ela precisa ter menos de 30% de visão no melhor olho após correção ótica.

No Centro de Reabilitação, Profissionalização e Convivência CRPC, o aluno pode passar pelas seguintes atividades:

- **Orientação e mobilidade:** consiste em técnicas para o uso da bengala longa e conhecimentos do uso do guia vidente, o que proporciona capacidade de deslocar-se independentemente, para usufruir o direito de ir e vir, assim como auxilia o aluno na identificação de diferentes ambientes mediante diferentes texturas existentes, como é possível observar na figura a seguir.



Figura 1 – Sala de Orientação e Mobilidade

Fonte: Arquivo da Acadêmica

- **Atividades da vida diária:** tem por objetivo proporcionar ao indivíduo cego ou com baixa visão independência para realizar as atividades do dia-a-dia.



Figura 2 Salas de AVD
Fonte: Arquivo da Acadêmica

- **Sistema Braille:** consiste no ensino do Braille e **Sorobã** (aparelho de cálculo). Possibilita a realização de operações matemáticas com a utilização do raciocínio lógico.



Figura 3 – Máquina Braille, aparelho de Sorobã, lupa, reglete e o punção
Fonte: Arquivo da Acadêmica

- **Escrita cursiva:** é o ensino da escrita gráfica, ou técnicas para utilização deste recurso para assinar e escrever nome, datar, preencher cheques, fichas e produzir textos.
- **Comunicação alternativa:** busca de alternativas de comunicação, como tadoma, alfabeto digital, libras adaptadas etc..



Figura 4 - Sala de Comunicação Alternativa
Fonte: Arquivo da Acadêmica

- **Iniciação à informática:** Uso do computador com leitores e ampliadores de tela, tanto para fins terapêuticos como para fins pedagógicos.



Figura 5 - Sala de Informática
Fonte: Arquivo da Acadêmica

- **Educação física:** subdivide-se em **Atividades físicas** que auxiliam o aluno no desenvolvimento dos aspectos afetivos, cognitivos e motor, assim como desperta uma consciência crítica, tendo como objetivo primordial o desenvolvimento biopsicosocial do indivíduo e **Psicomotricidade** que tem como objetivo educar o movimento por meio de movimentos, visando melhor aproveitamento da capacidade física e favorecendo seu desenvolvimento geral.
- **Musicoterapia:** é uma especialização científica que estuda a interação Som/Ser humano.



Figura 6 – Sala de Musicoterapia
Fonte: Arquivo da Acadêmica

- **Assessoria Pedagógica e Profissionalização:** tem objetivo sistematizar os atendimentos profissionalizantes oferecidos aos alunos.



Figura 7 – Sala da Profissionalização
Fonte: Arquivo da Acadêmica



Figura 8 – Trabalhos manuais para profissionalização.
Fonte: Arquivo ACIC

- **Estimulação Visual Precoce:** consiste em utilizar e estimular a visão residual que a criança possui mediante exercícios específicos que se baseiam no funcionamento visual com o objetivo de alcançar o mais alto desempenho possível desse resíduo visual.



Figura 9 – Sala de Estimulação precoce
Fonte: Arquivo da Acadêmica

1.4 Perfil dos alunos atendidos pela ACIC

Segundo Gugel (2007), no decorrer dos tempos termos como incapacitado, inválido, aleijado, excepcional, pessoa deficiente entre outros foram e ainda continuam sendo usados para denominar pessoa com deficiência. Carregando em sua essência o preconceito, intensificando a desvalorização para com as pessoas com algum tipo de deficiência.

Levando-se em conta o forte preconceito sobre as potencialidades das pessoas com deficiência, existem ainda hoje muitas dúvidas sobre a maneira de designá-las, sem que se causem constrangimentos. Desta maneira, em vários fóruns de discussão sobre pessoas com deficiência, propõe-se a utilização dos termos: “pessoa com deficiência”, “pessoa que tem deficiência física’, auditiva (pessoa surda)’, ‘visual (pessoa cega)’ ou ‘mental”⁵.

Segundo Dias (2007), a Política Nacional para Integração da pessoa com deficiência (1989) definiu deficiência como “[...] toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano (BRASIL, Lei n° 7853, de 24 de outubro de 1989. Artigo 3°). No Censo Demográfico Brasileiro (2000) se identificou um total de mais de 24 milhões de pessoas com algum tipo de deficiência.

Desses 24 milhões, 16 milhões são pessoas com deficiência visual, ou seja, são “indivíduos que apresentam acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após a melhor correção, ou campo visual inferior a 20° (tabela de Snellen⁶ Anexo A), ou ocorrência simultânea de ambas as situações”. (DECRETO 3298°, 1999. Artigo 3° e 4°). A deficiência visual inclui dois grupos de condição visual: cegueira e visão subnormal/baixa visão.

O termo Pessoa Portadora de Deficiência Visual é introduzido na Constituição da republica de 1988, a partir de então importantes leis foram editadas sobre os direitos das pessoas com deficiência⁷.

Neste trabalho se denominará as pessoas com algum tipo de deficiência como *pessoas com deficiência* e não *portadores de necessidades especiais*. Tal mudança ocorre devido ao fato

⁵ Manual de Mídia Legal: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão de pessoas com deficiência na sociedade, 2003.

⁶ Escala de Snellen, também conhecida como Escala Optométrica de Snellen é utilizada para fazer pré-diagnóstico da condição visual de pessoas em todo o mundo.

⁷ Leis n° 7.853, de 24/10/89; n° 8.112, de 11/12/90; n° 8213, de 24/07/91 e n° 8742, de 07/12/93.

de que um portador é alguém que porta algo e que a qualquer momento pode se desfazer do que trazia consigo. Já a pessoa com deficiência não pode deixar a deficiência de lado, ela existe e deve ser respeitada, uma vez que a sociedade deve aprender a conviver com a diversidade. Sasaki (2003, p. 7), ao discutir as terminologias corretas referentes ao tema deficiência, diz que “no Brasil, tornou-se bastante popular acentuadamente entre 1986 e 1996, o uso do termo *portador de deficiência*”. Pessoas com deficiência vêm lutando para corrigir essa denominação, uma vez que elas não portam a deficiência. O termo atualmente mais utilizado passou a ser *pessoas com deficiência*, resultado de diversas discussões com os próprios sujeitos com deficiência.

A Associação Catarinense para Integração do Cego atende atualmente cerca de 150 pessoas com deficiência visual, oriundas de todo o estado de Santa Catarina e de outros estados da federação.

Os gráficos a seguir procuram identificar algumas características dos usuários da ACIC, características essas obtidas por uma pesquisa realizada pela acadêmica nos prontuários da ACIC no período de agosto a novembro de 2008, assim como a organização do material e elaboração dos gráficos ficaram sob responsabilidade da mesma.

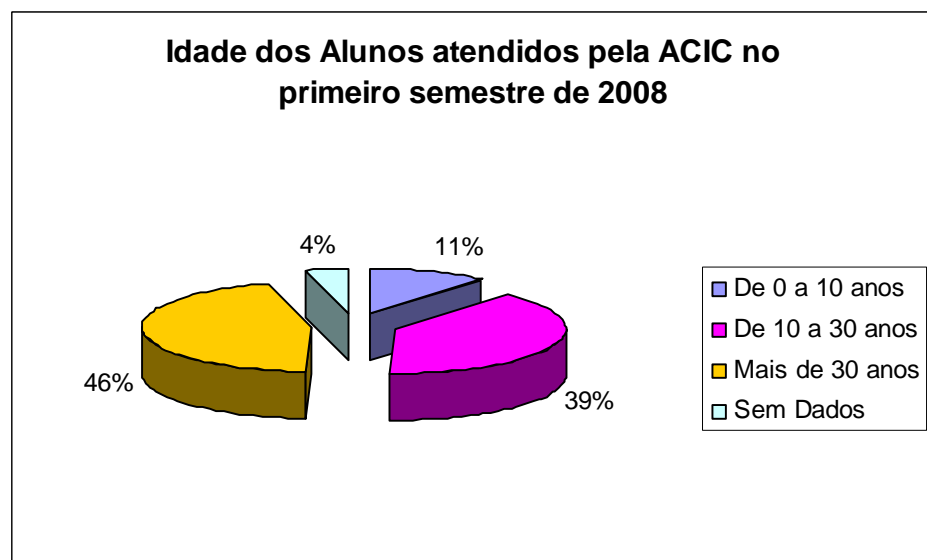


Gráfico 1 - Idade dos alunos atendidos pela ACIC

Pelo primeiro gráfico, é possível observar que a grande maioria (46%) dos atendimentos prestados pela Associação é destinada ao público com idade acima de 30 anos, o que acaba significando a independência dos indivíduos que por sua livre escolha optam por conhecer e

desenvolver o seu processo de reabilitação sem, muitas vezes, a interferência direta da família. Já no que diz respeito ao número de crianças entre zero e dez anos em atendimento na Associação ainda é um número relativamente baixo, entretanto isso deve-se ao fato de a Associação até bem pouco tempo não prestar atendimento a esse público, pois o atendimento prestado pela ACIC até o ano de 2006 era realizado a pessoas partir de 14 anos de idade, com alguns atendimentos a crianças a partir de 7 anos. Somente a partir de abril de 2007 se iniciam os atendimentos a crianças recém nascidas, devido à demanda crescente e ao fato de os adolescentes que chegavam a Associação com 14 anos, já haviam adquirido ao longo de suas vidas uma série de hábitos e costumes inadequados, que dificultavam o atendimento desenvolvido.

Sendo grande parte dos atendimentos realizados pela Associação destinado aos indivíduos com idades entre 10 a 30 anos, o público definido como universo da pesquisa se encontra neste grupo. Tal grupo foi também escolhido devido ao fato de se tratar de uma pesquisa que visa analisar a participação da família no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual, pois em um grupo com idades entre 10 e 30 anos torna-se mais clara a observação sobre esta participação da família. É um grupo que já possui certa autonomia na execução de algumas atividades como atividades domésticas, locomoção, etc.

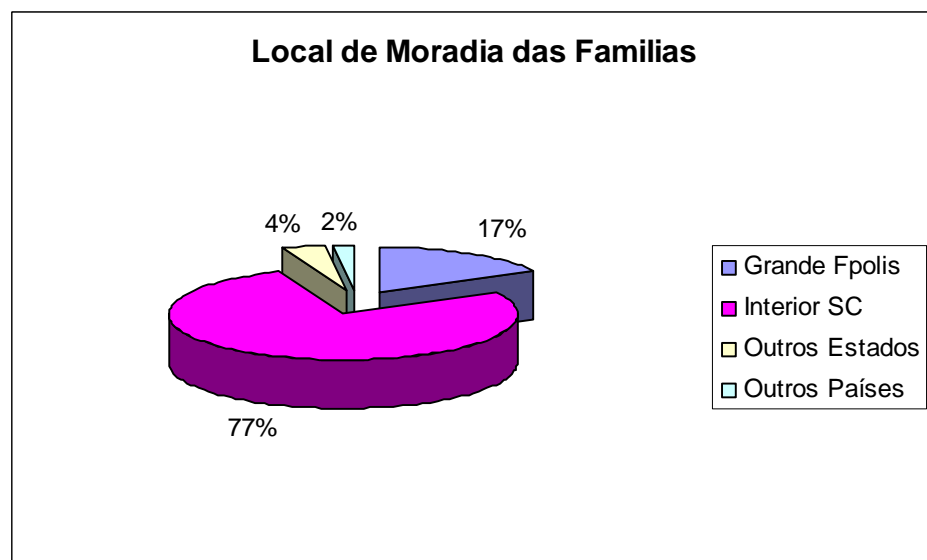


Gráfico 2 - Local de moradia das famílias.

Pela observação do gráfico acima é possível verificar que a maior parte das famílias dos usuários da ACIC reside no interior do estado de Santa Catarina, uma pequena parcela habita em outros estados, e uma parcela significativa reside em Florianópolis, local onde a ACIC encontra-

se instalada. A associação conta ainda com a presença de 6 alunos angolanos, que chegaram a ACIC em 2002 como parte de um convênio firmado com o Consulado da Angola juntamente com a Fundação Eduardo dos Santos (FESA). Após a reabilitação, os angolanos retornam ao seu país, tornando-se multiplicadores dos ensinamentos adquiridos. Atualmente, alguns já concluíram seu processo de reabilitação, todavia como se encontram estudando, inclusive no ensino superior, ainda permanecem no Brasil.

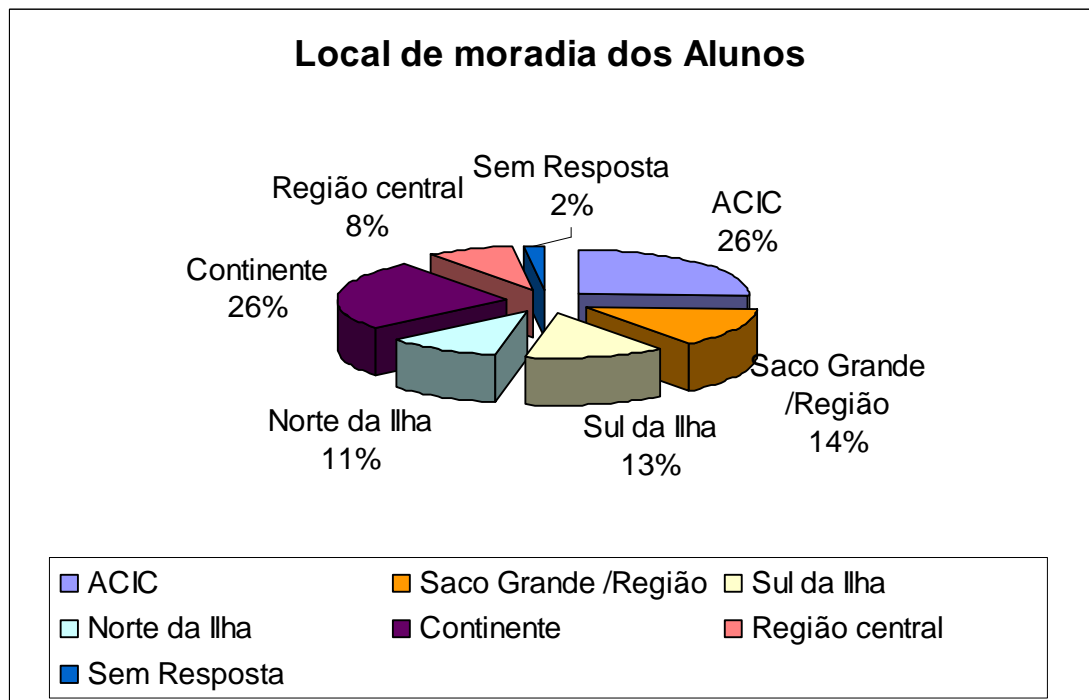


Gráfico 3 - Local de moradia dos alunos.

No que diz respeito ao local de moradia dos alunos que estão em atendimento na ACIC, percebe-se que parte dos alunos reside na grande Florianópolis, deslocando-se diariamente para suas residências, uma parcela significativa reside na região insular de Florianópolis, e um número significativo de alunos reside no bairro Saco Grande local onde a ACIC se encontra, ou reside no próprio alojamento da Associação.

A ACIC inaugurou em 2006, o centro de Hospedagem (Figura 10) com capacidade para 48 pessoas com deficiência visual, em processo de reabilitação. Visando manter este Centro em atividade, mesmo fora do período letivo, a ACIC pretende desenvolver um projeto para utilizá-lo com Centro Turístico para pessoas com deficiência, seus familiares, profissionais da área e para realização de cursos de reciclagem e capacitação profissional.



Figura 10 - Vistas externa e Interna do Centro de Hospedagem da ACIC
Fonte: Arquivo da Acadêmica

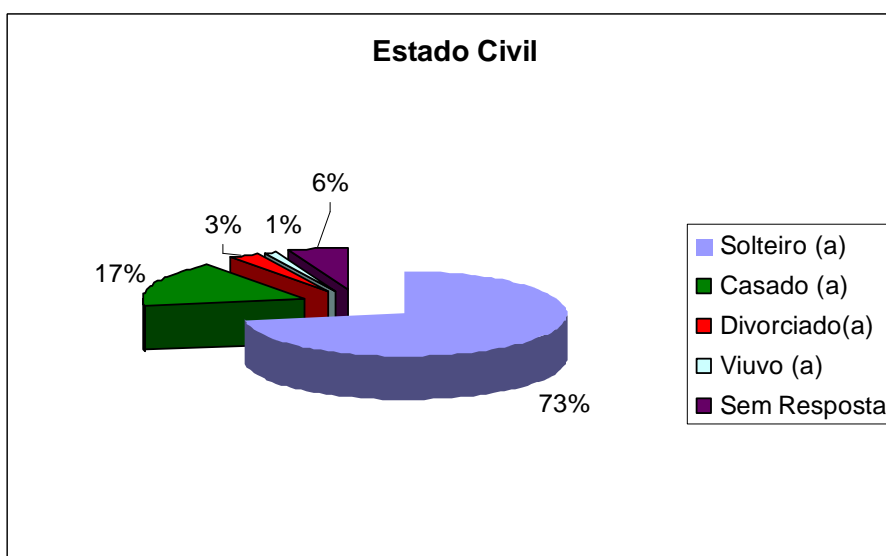


Gráfico 4 - Estado Civil

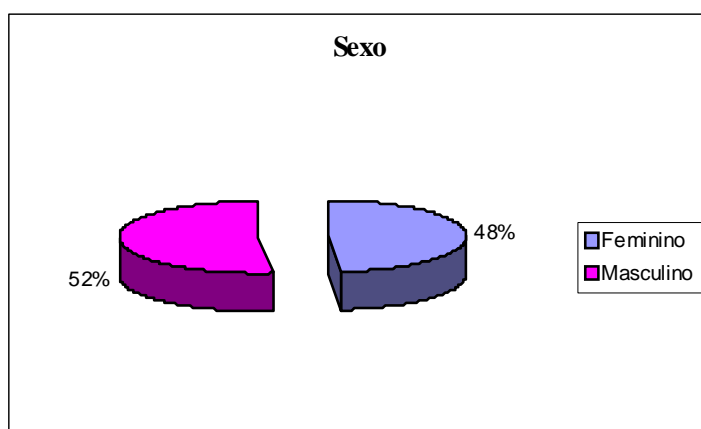


Gráfico 5 – Sexo

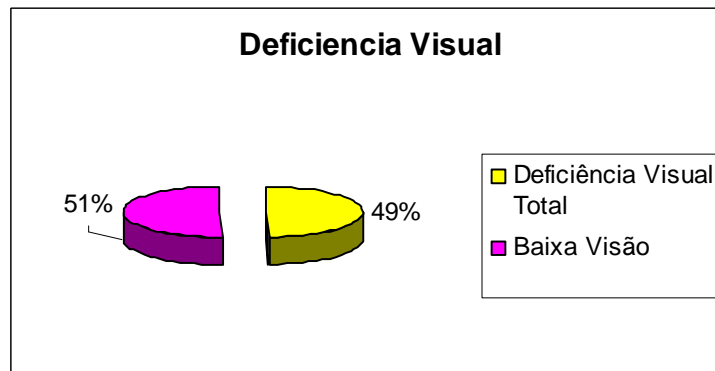


Gráfico 6 - Deficiência Visual

Com base na análise dos três últimos gráficos é possível observar que a maioria dos alunos atendidos pela Associação é solteira, talvez por que um grande número de pessoas com deficiência visual ainda hoje é insegura. Falta-lhe autonomia e dependência financeira devido ao fato de não conseguirem se inserir no mercado de trabalho. Segundo Sá (1994),

A inserção profissional das pessoas com cegueira congênita ou adquirida prematuramente é muito mais difícil. A grande maioria dessas pessoas está fora do mercado formal de trabalho. Existem os camelôs, cambistas, biscateiros e os que perambulam pelas ruas em uma condição de indigência. Alguns vivem completamente tutelados por seus familiares ou por instituições filantrópicas. Poucos conseguem trabalhar com vínculo empregatício, especialmente em ocupações que escolheram. Aqueles, cujo poder aquisitivo o permite, ocupam a posição de proprietários ou de empregadores

No que diz respeito ao sexo dos alunos em atendimento na ACIC, pode-se dizer que praticamente metade é masculino e a outra metade é feminina.

Quanto ao **Gráfico 6** - Deficiência Visual, que representa as pessoas com deficiência visual atendidas pela Associação, no que diz respeito à deficiência visual é possível afirmar que pessoas com cegueira total e com baixa visão, também conhecida como visão subnormal, se encontram quase em igual proporção.

Desta maneira pode-se perceber que os alunos atendidos pela Associação Catarinense para Integração do Cego situam-se predominantemente na faixa etária entre 15 e 30 anos, sendo a grande maioria natural do interior do estado de Santa Catarina. Entretanto após o início do atendimento na Associação os alunos acabam se mudando para Florianópolis com intuito de ficar mais perto da ACIC.

Na próxima seção será abordado mais especificamente o tema da pesquisa, ou seja, questão da participação da família no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual, buscando-se caracterizar os procedimentos metodológicos para a sua realização, assim com algumas definições e conceitos importantes para o entendimento sobre o assunto a ser analisado, a caracterização das famílias entrevistadas e os resultados da pesquisa realizada.

2 A FAMÍLIA, A DEFICIÊNCIA E A REABILITAÇÃO

No contexto da sociedade em que vivemos as famílias que possuem entre seus membros pessoas com deficiência acabam sendo excluídos da sociedade.

Para melhor compreender o processo de “inclusão” social torna-se necessário fazer referência ao processo de “exclusão”. A “exclusão” social segundo Silva (2005) é multidimensional e multifacetada, capaz de assumir diferentes feições e assim atingir de diferentes maneiras a sociedade. Segundo o mesmo autor a “exclusão” encontra vínculos, sobretudo nas questões ligadas ao universo do trabalho, tendo como principais aspectos destes vínculos o acesso ao emprego, aos bens e aos serviços, bem como a falta de segurança. Fatores como moradia, serviços comunitários, bens e serviços públicos, direitos humanos e sociais devem ser levados em conta quando se pretende enumerar o conjunto dos excluídos. Nesse conjunto temos reunidos importantes grupos sociais tais como as pessoas com deficiência, os sem terra, os analfabetos, os negros entre outros.

Bader Buhiran Sawaia (1999) trata a “exclusão” como um fenômeno de estrutura e funcionamento de caráter dialético, necessariamente implicando num processo de “inclusão” social. Ao mesmo tempo em que o sujeito é alvo da “exclusão” social de certo grupo, acaba sendo incluído em algum outro grupo por meio de práticas rotuladas como marginais. Desta maneira percebe-se que não existe “inclusão” sem “exclusão” e vice versa, por isso para fins deste trabalho as palavras “exclusão” e “inclusão” aparecerão no texto entre aspas.

No Brasil a legislação que busca assegurar os direitos das pessoas com deficiência é fruto de muitas lutas e mobilizações dessas pessoas nas suas entidades representativas.

A deficiência visual, por se configurar como a falta do sentido da visão, não pode e nem deve ser vista como um obstáculo para a vida em comunidade. Por isso, a família deve favorecer a participação dos filhos em todos os espaços da comunidade. Todas as crianças necessitam aprender a se relacionar e enfrentar as situações do dia-a-dia.

Em tal contexto a família de pessoas com deficiência necessita incentivar a participação e favorecer a interação da pessoa com deficiência com o meio no qual está inserida, incentivando não apenas a convivência com familiares próximos, mas também buscar inseri-lo em espaços onde a sua participação deva ser incentivada e estimulada.

Portanto, nesta seção busca-se apresentar as respostas e considerações acerca dos dados obtidos por meio da pesquisa exploratória realizada com familiares de pessoas com deficiência visual em reabilitação na ACIC, cujos procedimentos metodológicos são em seguida explicitados.

2.1 Procedimentos metodológicos

O interesse de realizar a pesquisa sobre a participação da família no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual surgiu durante o período de realização do estágio, conforme já mencionado na introdução deste trabalho, quando existiam dúvidas sobre como seria para familiares conviver com uma pessoa com deficiência visual, sem que para isso tenham algum tipo de auxílio. Até o presente momento a ACIC não disponibiliza serviço de atendimento às famílias, somente aos alunos. A Associação não deixa de responder aos questionamentos daqueles que a procuram, entretanto não existem ações direcionadas ou atividades específicas para o atendimento a esse público.

Segundo Minayo (1999) a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado. A abordagem qualitativa não pode pretender o alcance da verdade, com o que é certo ou errado; deve ter como preocupação primeira a compreensão da lógica que permeia a prática que se dá na realidade, Preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado.

Gil (1995, p. 46) afirma que, “embora as pesquisas geralmente apontem para objetivos específicos, estas podem ser classificadas em três grupos: estudos exploratórios, descritivos e explicativos”.

As pesquisas exploratórias, conforme Gil (1995) tem como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e idéias, com vista na formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores, busca proporcionar maior familiaridade com o problema (fenômeno a ser investigado), com vistas a torná-lo mais explícito ou à construção de hipóteses. Seu planejamento é bastante flexível, de modo que possibilita considerar variados aspectos relativos ao fato estudado, permitindo que o entrevistado tenha

alguma liberdade para desenvolver as respostas segundo a direção que considere adequada, explorando, de uma forma flexível e aprofundada, os aspectos que considere mais relevantes.

O estudo exploratório pode usar uma variedade de técnicas,. Porém, com amostras reduzidas, neste sentido, para obtenção dos dados desta pesquisa foi utilizado o modelo de pesquisa exploratório de caráter qualitativo, utilizando a entrevista semi-estruturada como principal instrumento de coleta de dados.

Faz-se necessário destacar que o referido modelo de pesquisa foi o escolhido justamente por ser mais flexível em relação ao “dado” a ser analisado. É preciso considerar também a falta de estudos e materiais referentes ao assunto na área do Serviço Social, assim como as condições disponíveis para a realização da pesquisa, sistematização dos dados e elaboração do trabalho num espaço muito curto de tempo.

A entrevista semi-estruturada foi realizada mediante a utilização de um roteiro com questões abertas e fechadas (Apêndice B), que nortearam o pesquisador durante todo o desenvolvimento do trabalho.

De acordo com Triviños (1987), a entrevista semi-estruturada é aquela que parte de questionamentos básicos apoiados em teorias e hipóteses que interessam à pesquisa, oferecendo amplo campo de interrogativas junto de novas hipóteses que vão surgindo à medida que recebem as respostas do entrevistado. De forma que o indivíduo, seguindo seu raciocínio e suas experiências vivenciadas dentro do foco principal colocado pelo entrevistador, ou seja, a entrevista vai se adaptando ao entrevistado.

Quanto à escolha do número de entrevistados, Minayo afirma que o critério de representatividade da amostra na pesquisa qualitativa não é numérico como na pesquisa quantitativa. A quantidade de pessoas entrevistadas deve, no entanto, permitir a reincidência de informações ou saturação dos dados, situação ocorrida quando nenhuma informação nova é acrescentada com a continuidade do processo de pesquisa. A continuação da pesquisa torna-se, portanto, pouco produtiva ou até mesmo inútil dependendo do período de insistência na continuidade.

Com base nestas informações, se restringiu a 05 famílias os sujeitos entrevistados, considerando o tempo disponível para elaboração e análise dos dados e o fato do potencial universo da pesquisa ser muito amplo, conforme demonstrado na primeira seção, **Gráfico 3** -

Local de moradia das famílias (p.28), o maior percentual das famílias dos usuários da ACIC, residem no interior de Santa Catarina e fora deste Estado.

Neste sentido, delimitou-se o universo de pesquisa levando-se em consideração o município de Florianópolis como local de moradia dos alunos em reabilitação na ACIC, devido à falta de tempo e de recursos para viagens a outros municípios. A faixa etária do grupo a ser estudado ficou definida a indivíduos com idades entre 12 e 30 anos devido ao tempo disponível para elaboração e análise da pesquisa e o fato do seu universo ser muito amplo. Também para favorecer e permitir a interpretação dos dados obtidos, uma vez que indivíduos com mais idade demonstram maior autonomia durante a realização de atividades desenvolvidas em seu aprendizado na ACIC.

2.2 Os direitos das pessoas com deficiência

Para um melhor entendimento sobre os problemas enfrentados pelas pessoas com deficiência se buscar á caracterizar brevemente alguns aspectos importantes para melhor compreensão sobre o tema.

Assim, para dar inicio a esta caracterização primeiramente se buscará discutir aspectos referentes à denominação utilizada para designar as pessoas com deficiência.

Vários dicionários da língua portuguesa⁸ apresentam as seguintes definições:

Deficiência: falta, falha, carência, imperfeição e defeito.

Deficiente: carente, incompleto, imperfeito, falho.

São palavras que trazem impregnadas em seus significados um sentido negativo, e por muitas vezes preconceituosos.

Entendendo a palavra preconceito como uma indisposição, um julgamento prévio, segundo Goffman (1988) é necessário compreender melhor o que significa estigma e preconceito. O estigma é uma marca, um rótulo que se atribui a pessoas com certos atributos que se incluem

⁸ FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda . **Aurélio século XXI:** o dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.

ROCHA, Ruth. **Minidicionário Ruth Rocha.** São Paulo: Scipione, 1996.

MICHAELIS: Moderno dicionário da língua portuguesa. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

em determinadas classes ou categorias diversas, porém comuns na perspectiva de desqualificação social. Os rótulos dos estigmas decorrem de preconceitos, ou seja, de idéias pré-concebidas, consolidadas no pensamento, crenças, expectativas sócio individuais.

É necessário ressaltar que muitas deficiências têm origem nas condições sociais, econômicas e políticas desfavoráveis ou são agravadas por elas, tais como: violência, degradação ambiental, desnutrição, atenção insuficiente pré-natal e pós-natal, etc. Portanto ninguém está livre de um dia ter alguma deficiência.

Vários segmentos sociais lutam pelos seus direitos de “inclusão” na sociedade. É o que acontece com as mulheres, negros, sem-terra e tantos outros excluídos. Embora não tenham conseguido plenamente sua “inclusão” na sociedade, muito já avançaram.

Como esses, há outro grupo de “excluídos – as pessoas com deficiência, que não têm acesso aos direitos que devem pertencer a todos: educação, saúde, trabalho, locomoção, transporte, esporte, cultura e lazer. Diversas leis têm sido criadas para a garantia desses direitos, o que já é um grande passo. Mas, apesar delas, percebemos que nós excluimos as pessoas que consideramos diferentes.

Para Godoy (2000), essas conclusões são fruto de constantes lutas travadas pelas pessoas com deficiência e por entidades representativas e de apoio. Portanto, a palavra deficiente acaba escondendo e dificultando a o sentido de “humanidade” para esses sujeitos e dificulta o exercício pleno da cidadania para a pessoa com algum tipo de deficiência.

A cidadania expressa um conjunto de direitos que dá à pessoa a possibilidade de participar ativamente da vida e do governo de seu povo. Quem não tem cidadania está marginalizado ou excluído da vida social e da tomada de decisões, ficando numa posição de inferioridade dentro do grupo social. (DALLARI, 1998, p. 14)

A Declaração Universal dos Direitos do Homem da Organização das Nações Unidas afirma: **“Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade”**. (Art. 1º)

Torna-se, então, necessário ressaltar que apesar de existirem alguns direitos específicos destinado as pessoas com deficiência, existem direitos que são destinado a todos os cidadãos,

direitos estes que foram consagrados em 1948, pela Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovados pela Organização das Nações Unidas – ONU, entre eles:

- **Direitos Cíveis** – direito à Liberdade e segurança; à igualdade perante a lei; à livre crença religiosa; à propriedade individual ou em sociedade; e o direito de opinião. (Art. 3º ao 19)
- **Direitos Políticos** - liberdade de associação para fins políticos; direito de participar do governo; direito de votar e ser votado. (Art. 20 e 21)
- **Direitos Econômicos** – direito ao trabalho; à proteção contra o desemprego; à remuneração que assegure uma vida digna, à organização sindical; e o direito à jornada de trabalho limitada. (Art. 23 e 24)
- **Direitos Sociais** – direito à alimentação; à moradia; à saúde; à previdência e assistência; à educação; à cultura; e direito à participação nos frutos do progresso científico. (Art. 25 ao 28)

Tais direitos, segundo Oliveira (2001), vêm sendo conquistados com muito sacrifício durante os últimos 200 anos. Entretanto em cada país existe uma interpretação diferenciada sobre o assunto, e em muitos casos há um total descaso, demonstrando, portanto a necessidade de lutas constantes por parte da Sociedade e do Estado na garantia e efetivação desses direitos.

Em virtude das diferenças apresentadas em relação às demais, as pessoas com Deficiência possuem necessidades específicas a serem atendidas, sendo assim, a ONU em 1975 estabeleceu a Declaração dos Direitos das Pessoas com Deficiência, marco muito importante na luta histórica em defesa da cidadania e do bem-estar dessas pessoas.

Portanto, é necessário que as pessoas com deficiência sejam reconhecidas como pessoas que apresentam necessidades especiais e específicas, e necessita, assim, de direitos específicos. Por isso, sua proteção depende do cumprimento dos direitos humanos fundamentais. Com base no exposto, a “inclusão” social deve ser vista como um processo, em que todos devem lutar contra o preconceito e toda forma de discriminação.

- Em 1980, foi realizado em Brasília o **I Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes**;

- O ano de 1981 foi decretado pela Presidência da República como o **Ano da Pessoa Portadora de Deficiência**, em apoio a ONU que declarou este ano como o **Ano Internacional da Pessoa Portadora de Deficiência**;
- Em 1984, são criadas a **Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos (ONEDEF)**, a **Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos (FENEIS)** e a **Federação Brasileira das Entidades de Cegos (FEBEC)**;
- Os anos de 1986 e 1987 são os anos de criação, pelo governo federal, da **Coordenadoria Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE)**;
- 1988 é o ano da promulgação da **Constituição Federal**, que dispõe sobre os direitos das pessoas portadoras de deficiência.
- 1989 é o ano da promulgação da **Lei Federal nº 7853/89**, que normatiza e assegura o exercício dos direitos individuais e sociais das pessoas portadoras de deficiências;
- Em 1993 é instituída a **Política Nacional de Integração**, através do Decreto Federal nº 914/93;
- 1999 é o ano de Criação do **Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE**, através da Medida Provisória nº 1799-6 de 10 de julho de 1999;
- Em 1999, é regulamentada a **Lei nº 7853/89** através do Decreto Federal nº 3298/99, dispondo sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, estabelecendo as competências do Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência - CONADE.

Logo, no artigo 1º da Constituição Federal é possível verificar duas definições fundamentais que amparam os direitos de todos os brasileiros, incluindo as Pessoas com Deficiência: a Cidadania e a Dignidade.

Cidadania é a qualidade de Cidadão. E cidadão é o individuo no gozo de seus direitos civis, políticos, econômicos e sociais, no desempenho de seus deveres para com a sociedade.

Dignidade é a honra e a respeitabilidade devida a qualquer pessoa provida de cidadania.

As pessoas com deficiência possuem necessidades especiais que as distinguem das demais, desta maneira torna-se necessário que além dos direitos destinados a todas as pessoas, as

peças com deficiência necessitam de direitos específicos, que “compensem”, as limitações e/ou impossibilidades a que estão sujeitas.

Neste sentido, é necessário ressaltar que é responsabilidade da União, dos Estados e do distrito Federal legislar sobre a proteção e a “inclusão” social das pessoas com deficiência, conforme o Artigo 24 da Constituição Federal.

É importante afirmar ainda que os municípios exercem um papel muito importante, devido a sua capacidade de legislar e atuar, no âmbito de suas atribuições constitucionais, nas áreas de urbanismo e edificações, transporte, educação, saúde e assistência social, lazer, etc.⁹

2.3 Tipos de deficiência

Em 20 de dezembro de 1999, foi publicado o Decreto Federal nº 3298, que regulamenta a Lei nº 7853, de 24 de outubro de 1989, e dispõe sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolidando assim, as normas de proteção para esses indivíduos.

Para tanto o Decreto nº 3298/99 em seu art. 3º, considera/conceitua os níveis de deficiência como:

I - **deficiência** - toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

II - **deficiência permanente** - aquela que ocorreu ou se estabilizou durante um período de tempo suficiente para não permitir recuperação ou ter probabilidade de que se altere, apesar de novos tratamentos; e

⁹ Trabalhos que trazem o assunto sobre capacidade de legislar dos municípios, assim com suas atribuições constitucionais:

LONGO, Aline Elise Vargas. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Direito. **A trajetória do legislador municipal e seu papel na contemporaneidade**. Florianópolis, 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

BORTOLANZA, Juarez. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. **Uma contribuição à gestão municipal no estabelecimento de prioridades de melhoria na área social**. Florianópolis, 2005. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção.

III - **incapacidade** - uma redução efetiva e acentuada da capacidade de integração social, com necessidade de equipamentos, adaptações, meios ou recursos especiais para que a pessoa portadora de deficiência possa receber ou transmitir informações necessárias ao seu bem-estar pessoal e ao desempenho de função ou atividade a ser exercida.

Faz-se necessário também ressaltar que, resumidamente o art. 4º do mesmo decreto, “classifica” os diferentes tipos de deficiência:

- **Deficiência Física** – Alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física;
- **Deficiência Auditiva** - Perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis;
- **Deficiência Visual** - acuidade visual igual ou menor que 20/200 no melhor olho, após correção, ou campo visual inferior a 20º, ou ocorrência simultânea de ambas as situações;
- **Deficiência mental** – Associação de duas ou mais deficiências.

Faz-se necessário lembrar que as deficiências, sejam elas quais forem, não são apenas provenientes de fatores congênitos, ou seja, “problemas de nascença”, como prevê o decreto nº 3298/99, que apresenta em seu art. 51 outro termo: *pessoa com mobilidade reduzida*:

“III - pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida: a que temporária ou permanentemente tenha limitada sua capacidade de relacionar-se com o meio ambiente e de utilizá-lo;”

Ao estabelecer tais definições, a legislação brasileira preocupou-se em unificar a linguagem com intuito de facilitar ações que auxiliem na “inclusão” social das pessoas com deficiência.

Semanticamente incluir e integrar tem significados muito semelhantes, o que, segundo Mello (2002), faz muitas pessoas utilizar esses verbos indistintamente. No entanto, nos movimentos sociais de “inclusão” e integração essas palavras representam filosofias diferentes, ainda que tenha objetivos visivelmente parecidos, a inserção de pessoas com deficiência na sociedade.

As pessoas usam o termo “inclusão” quando, na verdade, estão pensando em integração; “inclusão” social tem como objetivo tornar as pessoas com deficiência participante da vida social, econômica e política, assegurando o respeito a seus direitos no âmbito da Sociedade.

2.3.1 Definindo a cegueira e a visão subnormal

A diferenciação entre deficientes visuais, cegos e portadores de visão subnormal se dá segundo duas escalas oftalmológicas: a *acuidade visual*, aquilo que se enxerga a determinada distância e o *campo visual*, a amplitude da área alcançada pela visão.

No ano de 1966 a Organização Mundial de Saúde (OMS) registrou 66 diferentes definições de cegueira, utilizadas para fins estatísticos em diversos países. Com objetivo de simplificar o assunto, o grupo de estudos sobre a Prevenção da Cegueira da OMS, em 1972, propôs regras para a definição de cegueira e para uniformizar características sobre a acuidade visual para a elaboração de estatísticas.

Por cegueira parcial compreendem-se os indivíduos que apenas são capazes de contar dedos a curta distância e os que só percebem vultos. Mais próximos da cegueira total, estão os indivíduos que só têm percepção e projeção luminosa. No primeiro caso, há apenas a distinção entre claro e escuro; no segundo (projeção) o indivíduo é capaz de identificar também a direção de onde a luz se origina.

Para Conde [20--] cegueira total ou simplesmente amaurose, implica completa perda de visão, a visão é nula, ou seja, não existe nem a percepção luminosa.

2.4 Família

2.4.1 Caracterizando as famílias entrevistadas

A família, ao longo da história, apresentou diferentes conformações, estando ligada à situação de uma época, assumindo características, valores, funções e ideologias distintas.

Foram vários os modelos familiares que tentaram alcançar sua legitimidade durante nossa história, desde a época primitiva até os dias atuais.

No Brasil colonial e imperial, o modelo predominante era a família patriarcal, nas classes mais abastadas, e era fruto de interesses econômicos e políticos, como afirma Correa, citado por CALDERÓN (1994, p. 23):

O casamento, intimamente ligado à questão do status, destacava importância de fortuna e da pureza de sangue. A família, longe de constituir um espaço de procriação ou satisfação sexual- uma vez que, geralmente, isso acontecia fora do espaço familiar-, era formada, não necessariamente com base em relações afetivas, e sim, na tentativa de aumentar os privilégios e o poder.

Não existe um modelo único de família, embora haja sempre um modelo hegemônico. Qualquer arranjo familiar que contrarie o modelo hegemônico é considerado desorganizado, desestruturado, o que faz o imaginário coletivo de nossa sociedade ter a idéia de uma família perfeita, seguidora das tradições, formada pelos pais e filhos, vivendo em uma casa para todo o sempre.

A compreensão da dinâmica das relações familiares é essencial para o entendimento sobre a pessoa com deficiência. Busca-se, portanto, situar brevemente algumas características das famílias entrevistadas.

Segundo Carvalho (2000, p. 93), “a família é o primeiro sujeito que referencia e totaliza a proteção e a socialização dos indivíduos. Independente das formas e desenhos que a família contemporânea apresente, ela se constitui um canal de inicialização e aprendizado dos afetos e das relações sociais”.

Atualmente pode-se dizer que a família sofre transformações influenciadas pela própria modernidade, bem como das transformações societárias, como: transformações e liberalização de hábitos e costumes, sexualidade, nova posição da mulher na sociedade, desenvolvimento técnico-científico, etc)¹⁰.

Desta forma é possível afirmar que a família em seus diferentes modelos e formas assume um lugar (espaço) privilegiado na história da humanidade, em que os indivíduos aprendem a ser e a conviver. É também um lugar onde convivem juntos gerações e gêneros. É a família a mediadora dos limites entre o público e o privado e das relações entre sujeitos e coletividade, com projeto de vida baseado na solidariedade entre gerações, gerando formas comunitárias de vida. É, normalmente, um lugar de produção e reprodução da vida.

O ambiente familiar é o primeiro e fundamental meio onde o indivíduo deve encontrar as condições para se desenvolver, aprendendo a habituar-se à sociedade em que vive.

O nascimento de uma criança, para a maior parte das famílias, é muito aguardado, pois é um momento de alegria, de orgulho, de reunião das pessoas queridas e de celebração da renovação da vida, gerando, ainda, muitas expectativas.

No entanto, para outras famílias, o nascimento de uma criança pode não ser um momento de tanta alegria. Ao contrário, pode representar um momento de lágrimas, desespero, confusão e medo. Pode vir a ser uma mudança radical no estilo de vida de todos os envolvidos, cheia de mistérios e problemas especiais.

Buscando analisar e avaliar a compreensão dos familiares de pessoas com deficiência visual sobre sua participação no processo de reabilitação, objetivo deste trabalho, compreende-se que a presença de um indivíduo portador de uma deficiência (ou qualquer outra condição especial) implica, portanto, além da decepção inicial, uma série de situações críticas, geralmente acompanhadas de sentimentos e emoções conflitantes.

Nesse sentido, segundo Glat, (2004) os familiares passam por diversos estágios de adaptação que formam ciclos, incluindo o choque inicial da descoberta, a negação do diagnóstico e busca por “curas milagrosas”, o luto e a depressão, até alcançarem o estágio de aceitação e adaptação.

¹⁰ CARVALHO, M.C.B. **A priorização da família na agenda política social.** In: KALOUSTIAN, S. m. Família Brasileira a base de tudo. 4ªed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF, 2000.

A maioria das famílias não pensa na idéia de um filho nascer com algum tipo de deficiência, ou que algum membro da família adquira uma deficiência em um acidente ou doença. Entretanto, ninguém está livre destes acontecimentos.

O elemento mais importante de qualquer programa de prevenção e reabilitação de incapacidade é a família; e em muitas partes do mundo os laços familiares são fortes componentes do contexto social. Devemos dar prioridade muito alta a atividades que contribuam para desfazer superstições e medos entre pessoas das famílias de deficientes, devemos orientá-las quanto às práticas a serem adotadas para prevenir deficiências e ajudar na reabilitação e pô-las em contato com as fontes de assistência existentes. (PARPINELLI, 1997)

As pessoas com deficiência historicamente são vistas como aquelas que sempre dependeram física, social e economicamente da família, porém a reabilitação pode possibilitar uma vida independente.

Essa dependência segundo Sprovieri (1997, p.105), ocorre, pois, quando uma criança está para nascer, a família cria expectativas em relação à criança. Porém, se o filho é deficiente, as relações afetivas são abaladas, ocorrendo mudanças significativas no ambiente familiar, o que acaba influenciando o relacionamento e a aceitação dessa pessoa em seu meio.

A presente pesquisa buscou analisar a participação da família no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual em atendimento pela ACIC.

Com base nas cinco entrevistadas é possível analisar que participaram das entrevistas mães dos alunos atendidos pela instituição. Na vida de qualquer outro indivíduo, a presença da figura materna é determinante. Para Silva (2005) historicamente a importância dada à vida familiar e a casa sempre foi atribuída a mulher que detinha o papel de educadora e responsável pelos afazeres domésticos. Dessas cinco apenas uma havia ingressado formalmente no mercado de trabalho, no momento se encontra aposentada, as outras entrevistadas só haviam trabalhado informalmente como domésticas ou diaristas ou nunca haviam se inserido no mercado de trabalho.

Segundo Paula (2006), é muito comum os lares onde o cuidado dos filhos fica sob a orientação da mãe, cabendo a ela a maior parte das responsabilidades. A chegada de um filho com deficiência acaba transformando completamente a rotina da família. Algumas vezes, parece que toda a família gira em torno da pessoa com deficiência, deixando os irmãos em segundo plano. Existe, ainda, o risco de distanciamento do pai que, em alguns casos, acaba se afastando ou

abandona a família. Cabe à mãe, a tarefa de conduzir e orientar os familiares nessa nova caminhada.

Pelo depoimento de uma das entrevistadas é possível observar que a deficiência algumas vezes acaba sendo vista como um castigo ou punição. A mãe ao ser perguntada sobre a existência de algum outro membro da família com deficiência responde:

"não, graças a Deus, não." (Família A)

Para Bianchetti (2001, p. 32) os ensinamentos cristãos acabam por reproduzir uma série de “pré-conceitos” construídos com base na Bíblia os quais produzem e estigmatizam (conceito já mencionado anteriormente) os sujeitos. O autor cita algumas passagens bíblicas, como por exemplo, a passagem do evangelista Lucas (11:14), que mostra como o mudo era confundido com o demônio. Diz o evangelista: “E estava ele expulsando um demônio, o qual era mudo. E aconteceu que, saindo o demônio, o mudo falou...”. Por essa passagem é possível verificar como as pessoas “diferentes”, que estavam fora do padrão social tido como “aceitável”, considerado “normal”, acabavam sendo vistas pela sociedade como portadoras de um pecado, e a deficiência, portanto, representava um castigo divino.

Os sujeitos entrevistados em sua maioria compõem famílias com vários filhos. Em apenas um caso a família compõem-se somente pelos pais e o filho com a deficiência, entretanto neste caso a mãe vem de uma família onde seus irmãos são pessoa com deficiência incluindo ela própria, fator decisivo na opção por não ter outros filhos.

Os irmãos desempenham um papel importantíssimo em nossas vidas. Irmãos e irmãs conhecem-nos como ninguém. Estiveram conosco nos momentos bons e nos maus. Constituem nossa primeira relação social, e sua influência inicial nos afeta durante toda a nossa vida. Os relacionamentos que temos com nossos irmãos são geralmente os mais duradouros ao longo de nossa vida. Apesar dessa importância, raramente dedicamos tempo a considerar esse relacionamento, a reconhecê-lo ou a celebrá-lo. Powell (1992):

As entrevistas foram realizadas na sala do serviço social da ACIC, devido ao pouco tempo para a coleta de dados fora da Instituição. O critério para escolha dos entrevistados se deu de forma aleatória. Os entrevistados que aceitaram participar da pesquisa assinaram um termo de

consentimento livre e esclarecido, como também aceitaram que as entrevistas fossem gravadas. Portanto, como mencionado anteriormente, foram priorizadas entrevistas com familiares residentes em Florianópolis ou que estavam em visita à Instituição. A maior parte das famílias entrevistadas é natural de outros estados ou municípios, apenas uma é natural de Florianópolis. Todavia, atualmente das cinco entrevistadas duas residem fora de Florianópolis e três atualmente residem no município. Essa mudança ocorreu em função da busca de atendimento especializado à pessoa com deficiência.

O processo investigativo traz para a análise dos dados informações sobre a participação dos familiares de pessoas com deficiência em seu processo de reabilitação na ACIC a fim de refletir os meios e a forma como é realizada essa participação. Neste sentido, a apresentação das entrevistas realizadas com familiares de pessoas com deficiência será realizada pela análise de conteúdo dos dados obtidos que compreenderá a reflexão sobre as perguntas norteadoras da entrevista.

Assim, buscando conhecer um pouco sobre a realidade das famílias entrevistadas, será realizada uma breve caracterização dessas. Além dos dados obtidos pelas entrevistas, nesse momento a acadêmica fez uso também das experiências vivenciadas durante o período de estágio, observação participante, material da pesquisa realizada nos prontuários dos alunos em atendimento pela ACIC, assim como do material elaborado pela mesma como diários de campo e relatórios de estágio.

A “**família A**” é uma família formada pela pessoa com deficiência que tem 15 anos, seu pai, sua mãe uma irmã de 16 anos e uma de 18, a família é natural de Florianópolis e reside num bairro mais afastado da região central. Além dessas filhas o casal possui ainda dois filhos que são casados e residem com suas esposas no mesmo terreno da família, no entanto em suas próprias residências.

A pessoa em atendimento na Associação possui deficiência visual total e, além disso, um problema físico que acabava limitando muito seus movimentos e dificultava seu aprendizado na ACIC.

A família reside em casa própria, o pai trabalha em órgão público recebendo em torno de 3 salários mínimos, a mãe nunca trabalhou fora, ficando ela responsável pelos cuidados com a família e os filhos.

A “**Família B**” compreende a família de uma pessoa com deficiência visual, com idade 29 anos cuja irmã também possui deficiência visual — perda parcial, ou seja, baixa visão. A pessoa que está em processo de reabilitação na ACIC ainda tem muita dificuldade em lidar com esse fato, possui ainda alguns transtornos psicológicos o que acaba algumas vezes influenciando o seu atendimento, como, por exemplo, crises de choro que ocorrem ocasionalmente.

A mãe, divorciada, é funcionária pública aposentada. Reside com sua outra filha no Estado do Paraná em uma residência própria; filha que está em atendimento na ACIC, atualmente se encontra residindo na Associação, indo à residência da família apenas em período de férias ou feriados. A família possui uma boa condição financeira, com uma renda acima de 7 (sete) salários mínimos.

A “**Família C**” compreende a família de uma pessoa com deficiência visual total, com 12 anos de idade e em processo de reabilitação na Associação há pouco mais de seis meses. A família é natural do estado do Rio Grande do Sul. A mãe conheceu a Associação por intermédio de seu atual companheiro, que veio para a cidade de Florianópolis em busca de emprego, onde conheceu a Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE, que o aconselhou a procurar a ACIC. O companheiro, então, entrou em contato com a mãe que, só após algum tempo, acabou aceitando a idéia e mudou-se para Florianópolis em busca de melhores condições para o atendimento de seu filho.

Além do filho com deficiência, a mãe tem mais duas filhas que residiam com seu ex-marido no Rio Grande do Sul, porém, devido a problemas de relacionamento com o pai, acabaram se mudando também para Florianópolis.

A família reside em uma casa alugada, os filhos têm muitas dificuldades de relacionamento com o atual companheiro da mãe, apesar de ser ele o responsável pelo sustento de todos. A renda da família gira em torno de 3 (três) salários mínimos.

A “**família D**” é natural de um município do interior de Santa Catarina, é composta pela pessoa com deficiência que tem 30 anos, seu pai, sua mãe e mais três irmãos.

O pai tem um pequeno negócio no município, gerando uma renda acima de 7 (sete) salários mínimos, a casa onde residem é própria.

A Pessoa com Deficiência visual em atendimento possui baixa visão e no momento encontra-se estudando no ensino modularizado oferecido mediante uma parceria entre a ACIC e o

programa SESI/Escola Educação de Jovens e Adultos ¹¹. Atualmente essa pessoa trabalha com estagiaria na função de telefonista na própria Associação, onde também realizou o curso de aperfeiçoamento nesta área.

Ela reside no alojamento da ACIC, durante o período letivo, ficando liberada nos finais de semana, férias e feriados para visitar a família.

A “**família E**”, natural de interior de Santa Catarina, é composta pela pessoa que está em atendimento na ACIC, sua mãe e seu pai. A mãe, ou seja, a entrevistada, também tem problema de visão (baixa visão).

A mãe possui outros irmãos também com problemas visuais, os quais vieram para Florianópolis para atendimento na ACIC. A referida família, entretanto, não quis vir junto neste primeiro momento apesar da mãe também ter problema visual. A vinda da família só ocorreu tempos depois, quando a ACIC começou o atendimento com as crianças. O membro da família que está em atendimento na ACIC, tem 11 anos de idade, nasceu com baixa visão, porém aos três anos de idade perdeu completamente esse resíduo visual. No entanto a família desde cedo procurou estimular a criança, fazia esse trabalho de estimulação em Blumenau, o que ocasionava muitos transtornos para a família que dependia do carro da prefeitura para se deslocar até outra cidade.

Foi neste momento que a família resolveu se mudar para Florianópolis, em busca de melhores condições para seu filho. Atualmente a pessoa com deficiência está na 3ª série do ensino regular, conseguindo se adaptar bem à nova cidade, haja vista que em sua cidade a família sofria muito com o preconceito. Como é possível observar na fala da mãe ao ser questionada sobre o motivo da mudança para Florianópolis:

¹¹ O Programa SESI Escola Educação de Jovens e Adultos é voltado para a formação de trabalhadores da Indústria que, por quaisquer razões, não concluíram os seus estudos no Ensino Fundamental e no Ensino Médio ou tiveram que interrompê-los.

O Programa visa a escolarização dos trabalhadores, oferecendo à Indústria a possibilidade de optar pela metodologia de ensino que melhor responde às suas necessidades.

São disponibilizadas as metodologias de Ensino Modularizado e Telecurso 2000. Ambos os processos estão estruturados de forma descentralizada, com o objetivo de atender a demanda da Indústria e facilitar o acesso e a permanência do trabalhador no processo educacional.

O Programa é desenvolvido em parceria com a Secretaria de Estado da Educação e do Desporto.

Ensino Modularizado: Consiste no desenvolvimento de estudos individualizados por meio de módulos instrucionais e atendimento em grupo por professores, duas vezes por semana.

Telecurso 2000: Consiste no desenvolvimento de estudos por meio de fitas de vídeo e fascículos, com atendimento em grupo por um orientador de aprendizagem, diariamente ou três vezes na semana.

[...] Porque aqui tem mais alternativas, porque lá eu tinha que me deslocar do meu próprio município pra ir pra outro município e aí tinha que depender de Prefeitura [...] assim depender de muitas coisas, né? e nós tudo lá...a Bruna sofria muito é ... Preconceito no colégio onde ela estudava, era assim bem difícil, aí eu escolhi vir pra cá pra ACIC em busca de uma melhoria [...] pra Bruna¹² ser tratada de igual para igual." (Família E)

Desta maneira foi possível observar de forma sucinta um pouco sobre a história de cada família, para assim conseguir analisar a participação efetiva destes familiares no processo de reabilitação das Pessoas com deficiência em questão.

2.4.2 A participação na reabilitação

Partindo para as questões mais específicas das entrevistas realizadas, o primeiro ponto a ser analisado diz respeito à ACIC: como a família conheceu e teve contato com a Associação.

Quanto a esse ponto as respostas são quase sempre as mesmas: a pessoa com deficiência visual teve contato ou era atendida em outra associação a qual, muitas vezes, não dispunha dos recursos necessários para o atendimento a essas pessoas. A própria entidade, então, acabava fazendo o contato com a ACIC, ou a família fazia o contato.

Dos casos analisados, três foram encaminhados pela Fundação Catarinense de Educação Especial - FCEE¹³, através do Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual - CAP¹⁴.

¹² O nome da pessoa em questão foi modificado para preservar sua identidade.

¹³ A fundação é o órgão responsável pela definição e execução da política de Educação Especial em Santa Catarina.

¹⁴ O Centro de Apoio Pedagógico para Atendimento às Pessoas com Deficiência Visual – CAP, implantado na FCEE por meio de um projeto instituído pelo Ministério da Educação, é uma unidade de serviços com o propósito de oferecer subsídios ao sistema estadual de ensino e aos centros de reabilitação do Estado de Santa Catarina, para o atendimento aos educandos com deficiência visual. Com o objetivo de garantir às pessoas deficientes visuais (cegos e baixa visão) o acesso ao conteúdo programático desenvolvido na escola de ensino regular, bem como o acesso à literatura, à pesquisa e à cultura por meio da utilização de recursos adaptados o CAP da FCEE dinamiza suas ações técnicas através da adaptação (texto e relevo), transcrição para o Braille, revisão, correção, reprodução, encadernação e distribuição do material produzido. Outra ação desenvolvida pelo CAP da FCEE é a de reabilitação das pessoas

"[...] Andava lá na Fundação com ela, era muito longe lá no Roçado, aí de lá me encaminharam pra cá [...]" (Família A)

Todas as entrevistadas dizem conhecer a Associação, suas dependências e o trabalho desenvolvido com seus filhos.

"[...] Ahh conheço... Já fui em todos os lugares.[...]"
(Família B)

Segundo Glat e Duque (1996; apud Glat 2004), a capacidade de integração social que uma pessoa com deficiência pode vir a desenvolver dependerá da disponibilidade de sua família permitir-lhe participar e usufruir dos recursos oferecidos pela comunidade. De forma que, quanto maior for a participação desse indivíduo na dinâmica da sociedade, mais chances terá de assumir um novo papel na família. Deixará de lado o papel do coitado, do dependente, do incapacitado, e assumindo o papel de uma pessoa que atua no mundo, com suas possibilidades e limitações, como as demais, e que pode contribuir e enriquecer com sua experiência a vida cotidiana de sua família.

Para as entrevistadas, a ACIC se constitui como um espaço privilegiado, um lugar que oferece todas as condições para que seu filho consiga aprender a ter uma vida normal. Segundo uma das entrevistadas a Associação é:

"[...] uma casa completa... é como se fosse a casa da gente... tem parque, tem tudo ali, tem como criar galinha, tem tudo ali, né? achei jóia." (Sujeito C)

Quando as famílias chegam à Associação, quase sempre alimentam expectativas muito maiores do que se pode oferecer em relação ao desenvolvimento de seu filho. Boa parte, segundo

com baixa visão e usuários de prótese ocular. A consolidação de seus objetivos sustenta-se no programa de capacitação de profissionais e demais recursos humanos, visando à melhoria dos programas de atendimentos especializados no Estado de Santa Catarina.

Fonte: <http://www.fcee.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=13&Itemid=30> acesso em: 15/01/2009.

Ogama (2003) ainda vê o trabalho institucional como algum procedimento que ofereça a cura, conforme foi observado pela acadêmica durante o período de estágio na realização da Avaliação Social (**Anexo B**), a qual consiste de uma entrevista e do preenchimento de um formulário. Esse procedimento busca conhecer as condições socioeconômicas da família, a dinâmica das relações familiares, bem como seu nível de integração social.

Conforme Paula (2006) é preciso ressaltar que deficiência não é doença, portanto, não devemos ter a pretensão de curá-la. Deficiência é uma condição com a qual o indivíduo precisa aprender a conviver. Deste modo, a reabilitação procura ajudar a pessoa a encontrar formas de lidar com os problemas, diante das características de cada deficiência e do que cada pessoa deseja para sua vida.

Porém, uma vez orientados e sensibilizados para lidar com a nova situação, os pais acabam por influenciar positivamente na auto-estima do filho contribuindo para o desenvolvimento de suas competências. Deste modo, Glat (2004) afirma que esses indivíduos acabam se tornando mais preparados para lidar com suas emoções, reavaliando expectativas, valores e crenças a respeito da condição de seu filho. Desta maneira, o apoio dado à família minimiza as angústias em relação ao seu filho com algum tipo de deficiência, promovendo a busca de novas alternativas para a organização da vida dessa pessoa, permitindo, assim, maior facilidade no enfrentamento dos problemas.

Embora não seja simples, a família precisa entender que a pessoa com deficiência é, acima de tudo, uma “pessoa total”, evitando focalizar a atenção em sua condição visual. Portanto, deve-se oferecer condições para seu crescimento como indivíduo, tornando-o produtivo dentro de sua realidade, sua potencialidade e limites para que se sinta realizado.

Apesar de algumas famílias entrevistadas não serem residentes no município de Florianópolis, todas conhecem ou estão conhecendo o trabalho desenvolvido pela ACIC, conforme podemos observar no depoimento a seguir:

"Tô começando a conhecer, eu não posso dizer que eu conheço bem ainda,... Porque agora que eu entrei, né?"
(Família E)

Afirmando que somente recentemente é que começou a participar mais efetivamente do trabalho realizado pela Associação, pois estava residindo em outro estado.

A pessoa com deficiência e sua família e exercem influências mútuas, e as mudanças e transformações em qualquer um dos lados afetam a todos. Por isso, as associações e entidades que trabalham com a questão da deficiência buscam a implementação e a efetivação de programas de orientação baseados nas necessidades das pessoas com deficiência e, vêm buscando, ainda, suprir as necessidades dos seus pais, irmãos, e demais familiares, para que assim consigam lidar com seus sentimentos e melhor construir alternativas de aceitação, adaptação e integração da pessoa com deficiência. Este tipo de atendimento ainda não é realizado pela ACIC, no entanto foi esta idéia que motivou a elaboração e realização da pesquisa.

O segundo bloco de perguntas a ser analisado trata sobre a participação da família e, portanto seus membros no processo de reabilitação de seus familiares com deficiência visual. Procurando verificar a maneira como a família participa do processo de reabilitação, e a avaliação dos familiares sobre esse processo em relação à pessoa com deficiência em questão.

Neste momento foi possível observar que muitas entrevistadas foram pegadas de surpresa e não sabiam o que responder como é possível observar na fala a seguir:

"[...] puxa, ai meu Deus do céu [...] como é que eu vou dizer agora, como eu vou explicar?" (Família A)

No entanto, as famílias que possuem entre seus membros pessoas com deficiência visual, no geral procuram sempre estarem presentes neste processo, na busca de novas alternativas para melhorar as condições vivenciadas por seus familiares com deficiência.

Para efeito deste trabalho deve-se entender participação não só como o fato de estar presente, participar é olhar olho-no-olho, é dividir os problemas com interesse de ajudar, é se colocar no lugar do outro e tentar compreender a sua realidade, suas aflições e sua forma peculiar de enxergar o mundo.

Para as famílias entrevistadas, a participação no processo de reabilitação se dá na ajuda nas tarefas domésticas, no incentivo na resolução de seus problemas, no apoio nos momentos difíceis.

"Eu acho que eu sou a que mais participo né? porque eu tô sempre com ele, [...] porque depois que eu vim pra cá aprendi bastante coisa, até então eu não podia ensinar, eu tava ensinado ele errado, eu ensinei bastante coisa errada, aí depois que ele veio pra cá eu vi que era de outro jeito. Aprendi a maneira certa, e o que ele ta aprendendo aqui ele passa para mim, pra eu poder continuar reforçando ele em casa." (Família C)

É possível analisar na fala acima que o fato de se desprender de toda uma história de vida para se dedicar à pessoa com deficiência é bem marcante para a família entrevistada, muitas mudaram de cidade, deixando familiares e amigos, buscando sempre a melhoria das condições de vida da pessoa, muitas famílias dizem ter clareza sobre os ensinamentos errados repassados, devido à falta de conhecimento sobre o assunto. No entanto, estão muito felizes com o aprendizado repassado pela ACIC, pois, após o início do processo de reabilitação, conseguem verificar o amadurecimento da pessoa como um todo, muitas vezes até esquecendo que se trata de uma pessoa com necessidades específicas, conforme demonstra o depoimento abaixo:

[...] a Bruna se vira muito bem, obrigado! Né? (risos) parece até que ela enxerga, tem hora, né? Tem horas que me surpreendo [...] (Família E)

Muitas vezes também é possível perceber que a família acaba superprotegendo seus filhos, como é possível observar na fala a seguir, quando a mãe é questionada sobre a ajuda da família no processo de reabilitação:

"A sim ajudo... no banho, assim na hora de servir a comida pra ela, só que... ela come com a mão dela... toma banho, mas só que eu não deixo ela tomar banho sozinha porque ela demora muito, mas ela faz tudo sozinha" (Família A)

Nesse caso não se consegue analisar se a pessoa com deficiência em questão não consegue realizar as suas tarefas, ou se a família que não a deixa tentar executá-las, auxiliando somente em caso de necessidade.

Porém em outro momento da entrevista essa mãe constata que algumas vezes acaba prejudicando o aprendizado de sua filha.

"É tem hora que eu tô prejudicando... eu quero fazer e não deixo ela fazer[...]às vezes eu levo muita bronca daqui... (risos). aí eu to me policiando mais um pouco agora, tô deixando ela se secar, tô deixando ela se vestir, antes ela dependia de mim, né?"(Família A)

"Posso dizer que em relação à Carla a gente sempre superprotegeu um pouco em relação às atividades da vida diária, de cozinha, de lavar roupas [...]" (Família B)

O terceiro bloco de perguntas busca compreender qual o significado de reabilitação para as famílias, e as expectativas quanto ao futuro de seus filhos, após o término do período de reabilitação.

Segundo Ferreira (1986, apud Resende, 2008) habilitação significa "ato ou efeito de habilitar-se; aptidão, capacidade; formalidades jurídicas necessárias para aquisição de um direito ou demonstração de capacidade legal para tal."

Reabilitação é o conjunto de ações de diagnóstico, recuperação ou adaptação de funções biopsicossociais que são influenciadas pelas características pessoais de cada paciente, a cultura e o ambiente onde esse está inserido, sendo necessária para o sucesso do processo de reabilitação uma equipe de profissionais trabalhando em conjunto com o paciente e sua família. Os membros da equipe representam uma variedade de disciplinas, e cada profissional de saúde contribui de alguma forma.

Segundo a Organização Mundial de Saúde - OMS reabilitação "[...] é um processo contínuo, coordenado com objetivo de restaurar o indivíduo incapacitado para ter o mais completo possível desempenho físico, mental, social, econômico e vocacional, permitindo a sua integração social."

A família proporciona um apoio contínuo, participa na solução dos problemas, e aprende a ministrar os cuidados necessários. O paciente é o elemento principal da equipe de reabilitação, É o foco do esforço da equipe e aquele que determina os resultados finais do processo.

Para o programa de Ação Mundial para as Pessoas Deficientes:

A reabilitação é um processo de duração limitada e com um objetivo definido, destinado a permitir que a pessoa deficiente alcance um nível físico, mental e/ou social funcional ótimo, proporcionando-lhe assim os meios de modificar a própria vida. Pode incluir medidas destinadas a compensar a perda de uma função ou uma limitação funcional (por meio, por exemplo, de aparelhos) e outras medidas destinadas a facilitar a inserção ou a reinserção social.

No momento dessa entrevista, conforme as perguntas eram realizadas foi possível observar que algumas famílias não haviam se perguntado antes sobre o seu real significado.

"Acho que ... [...] Não sei." (Família A)

Ao serem perguntados sobre o que é para a família reabilitação, as entrevistadas achavam que não sabiam a resposta, entretanto foi possível perceber que tinham sim uma noção sobre o seu significado.

"[...] Reabilitação pra mim é... como é que eu posso explicar!... é tu não saber alguma coisa e aprender [...] ou mesmo que você já saiba, você quer aprender mais [...] pra mim é assim, [...] pra mim reabilitação é isso, porque a reabilitação é uma coisa que tu tem que aprender tudo de novo né? [...]" (Família E)

"[...] Mas reabilitação eu acho que é pra criança aprender, ser estimulado de tudo, não é?... essas coisas [...]" (Família A)

"[...] A reabilitação pra mim é quando ele [...] um dia vai ligar para mim e vai dizer: "ô mãe tu tá em casa?" Eu tô em casa, "Então espera que eu to indo aí" e quando eu ver ele lá em casa, na porta da minha casa, vai ser uma surpresa muito grande pra mim, o dia que ele começar a andar sem ninguém junto, porque até então, né? eu fico assim... "bah" como é que eles andam, até agora eu não consigo entender como é que eles andam." (Família C)

"No caso dela não seria uma reabilitação na época, seria uma Habilitação, Porque reabilitação seria pra alguém que já teve alguma coisa e perdeu. Seria uma habilitação para a vida diária, para a vida em sociedade." (Família B)

"Reabilitação seria reaprender, ou aprender a viver [...] a se adaptar as condições oferecidas, aprender a viver com aquilo que é possível." (Família D)

A reabilitação não pode se limitar a melhoraria da função motora dos braços, das pernas, dos músculos e a utilizar melhor os órgãos dos sentidos como a visão e a audição. Deve também, para ter sucesso, fazer as pessoas traçarem seus planos de vida, seus objetivos e como alcançá-los.

Segundo Paula (2006) a reabilitação pode ser utilizada em vários momentos da vida de uma pessoa e, em cada momento, deve ter um objetivo claro. Quando esse objetivo é alcançado, o processo de reabilitação precisa ser finalizado. Não é apropriado que esse seja um processo sem perspectiva de conclusão.

No que diz respeito às expectativas dos familiares em relação ao término do período de reabilitação as famílias gostariam que seus filhos tivessem mais independência, que consigam se inserir no mercado de trabalho e assim constituir sua própria família.

Apesar de alguns dos entrevistados terem filhos com idades mais avançadas, percebe-se que muitas vezes a família acaba superprotegendo essas pessoas não dando condições para que adquira sua própria independência, e assim consegui discernir entre o certo e o errado por si mesma.

"[...] Eu quero que minha filha, estude, consiga um bom emprego, mais tenho muito medo do que possa acontecer com ela [...] apesar da idade dela ela é muito imatura, sempre digo a ela para não sair da ACIC, e sempre digo para Bia¹⁵ para não deixá-la namorar." (Família B)

Para finalizar, é preciso ressaltar que o trabalho com a família e o estímulo ao seu envolvimento constitui um fator crucial no processo de "inclusão" da Pessoa com Deficiência,

¹⁵ Beatriz (Bia) foi Assistente Social da ACIC e se aposentou no ano de 2008.

sendo imprescindível para a construção da personalidade do sujeito como participante ativo da sociedade. No entanto, para sua efetivação esse processo requer esforços diversos e o envolvimento de todos os segmentos da sociedade, de modo a promover uma transformação cultural em relação à diversidade e às potencialidades humanas.

O trabalho desenvolvido pela ACIC é, portanto, um serviço de relevância para toda a sociedade, não somente para as pessoas com deficiência visual como a seus familiares. Ao contribuir no processo de reabilitação dessas pessoas a entidade atua com objetivo de superar o estigma de que a pessoa com deficiência é um sujeito que deve viver isolado por não ter condições de entrar em contato com a sociedade em que vive. Pode-se dizer, então, que contribui para a humanização das pessoas, pois existe todo um relacionamento com a comunidade em torno da Associação

Tomando-se com base as entrevistas realizadas, merece destaque a maneira como ocorre a participação dos pais no processo de reabilitação. Em sua maioria, o que percebemos é a participação dos familiares em festas, formatura, reuniões que tratam dos problemas indisciplinados, solicitação de trabalhos voluntários. A integração associação-família não se dá de maneira integrada, uma vez que a família não é chamada a participar da tomada das decisões em relação ao trabalho realizado na Associação, de seus objetivos, prioridades e metas.

Desta maneira, que relações estão sendo construídas entre a família e os profissionais especializados, que momentos estão sendo proporcionados para discutir as problemáticas individuais?

A família deve procurar orientação, no entanto, não pode transferir toda a responsabilidade de criação do filho aos profissionais, pois o trabalho dos profissionais só terá sucesso se tiver o apoio e a participação da família em casa. É difícil, sabe-se disso, mas é preciso haver esse enfrentamento e essa vontade para que se consiga auxiliar essa pessoa a melhor se desenvolver.

Até bem pouco tempo atrás, segundo dados obtidos na ACIC pela conversa desta acadêmica com as pedagogas da Instituição, os pais tinham medo de colocar seus filhos com deficiência em escolas, pois achavam que não teriam capacidade para estudar, e se desenvolver, viviam no “achismo” de que a criança era repleta de limitações e o que normalmente faziam era levá-la regularmente a médicos para acompanhar seu estado de saúde. No momento em que eram informados de que eles precisavam frequentar escolas, espaços sociáveis, de interação, muitas

vezes já era tarde e diversas habilidades que poderiam ter sido desenvolvidas, limitações que poderiam ter sido superadas não foram, visto que o acesso a esses ambientes especializados foi tardio.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É certo que o envolvimento da família no processo de reabilitação favorece a integração da pessoa com deficiência e promove a sua qualidade de vida. Assim, com a admissão de atividades específicas de educação e apoio à família se confirma que a intervenção direta da família na reabilitação facilita a integração biopsicosocial da pessoa com deficiência.

Cabe ao Estado e às instituições para pessoas com deficiência o trabalho pela conscientização da sociedade em geral, oportunizando melhores condições para inserção desses indivíduos na sociedade.

Ao Estado cabe o dever de fazer cumprir o conjunto de benefícios e serviços previstos em lei, e à sociedade civil cabe exigir que esses sejam cumpridos.

Recuperando os objetivos de pesquisa propostos para a elaboração do TCC, buscava-se:

- Caracterizar o perfil dos usuários atendidos pela ACIC no 1º semestre de 2008;
- Entender como ocorre a participação dos familiares no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual atendida pela ACIC.
- Entender o significado atribuído à reabilitação pelos familiares das pessoas com deficiência visual.
- Identificar de que forma ocorre a articulação entre a ACIC e os familiares das pessoas com deficiência visual no processo de sua reabilitação.
- Compreender as expectativas dos familiares em relação à (re) adaptação da pessoa com deficiência visual nas atividades cotidianas, após o término do processo de reabilitação.

O perfil dos alunos em atendimento pela Associação Catarinense para Integração do Cego em 2008 caracteriza-se pela predominância de alunos vindos do interior do estado, também existindo a presença de pessoas naturais de outros estados como também a presença de 6 (seis) alunos Angolanos que vieram para a Associação com intuito de se capacitarem e retornarem a seu país de origem e multiplicarem os conhecimentos adquiridos durante o período de reabilitação.

No entanto, apesar de grande parte dos alunos ser natural de outros municípios, após o início do atendimento muitas famílias acabam se mudando para Florianópolis e apenas 26% acabam ficando no alojamento da Instituição, pois seus familiares continuam residindo em suas cidades

de origem. No que diz respeito ao estado civil dos alunos atendidos, 73% são solteiros, já no que diz respeito ao tipo de deficiência visual (cegueira total ou baixa visão) a pesquisa revelou que se divide meio a meio o percentual.

Nesse sentido destaca-se a importância do papel do profissional de Serviço Social no processo, em que o Assistente Social acaba muitas vezes servindo como articulador das ações entre Família, Indivíduo e Associação, facilitando e contribuindo na relação entre os sujeitos envolvidos.

O assistente Social trabalha sempre com uma visão voltada para o ser social, independentemente da área de atuação, podendo se inserir em empresas privadas, órgãos públicos, organizações não governamentais, entre outros, este profissional busca amenizar problemas sociais, políticos e econômicos na comunidade onde está inserido.

Um dos maiores desafios que o Assistente Social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas emergentes no cotidiano. (IAMAMOTO, 1999, P. 113).

Um dos objetivos deste trabalho foi se analisar e oferecer dados sobre a participação das famílias no processo de reabilitação desenvolvido pela ACIC,

De modo geral, a participação dos familiares no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual ocorre de forma ainda um pouco tímida, as famílias procuram estabelecer atividades para os alunos quando estão em casa, entretanto como ainda não ocorre uma articulação mais forte dos familiares com a Associação muitas vezes os pais não sabem do potencial adquirido por seus filhos, ou ainda os tratam de forma mais protetora auxiliando e vezes realizando as tarefas no lugar de seus filhos o que acaba prejudicando o desenvolvimento desses alunos.

Os alunos ao regressarem as suas casas em períodos de férias, durante finais de semana e feriados acabam deixando de lado as tarefas que normalmente realizam durante o período em que estão na ACIC sem saber de suas obrigações acabam por não incentivarem a realização dessas atividades. Portanto pode-se perceber o quanto uma atividade a ser realizada com as famílias poderia auxiliar neste processo.

Quanto ao processo de reabilitação muitos familiares não conseguem definir Reabilitação, entretanto conseguem explicar o seu significado com suas próprias palavras como sendo um

processo em que se aprende ou se reaprende algo de maneira diferente na busca de uma vida independente.

Após o período de reabilitação de seus filhos, as famílias esperaram que consigam entrar em uma faculdade, tenham um futuro independente, constituir família e manter sua casa própria.

No que se refere à legislação vigente muito se tem que avançar para a efetivação das leis já existentes.

Destaca-se ainda a importância do tema pesquisado, apesar de ser pouco explorado principalmente no que diz respeito ao Serviço Social. Ressalta-se, além disso, a falta de referências nessa área. Propõe-se que este tema seja objeto de novas pesquisas que busquem analisar como poderá ocorrer a aproximação e participação das famílias, principalmente aquelas que não residem no município de Florianópolis.

Outra sugestão é a realização da pesquisa com os alunos da ACIC com objetivo de se avaliar o processo de reabilitação na perspectiva dos próprios alunos, uma vez que eles são os principais sujeitos.

REFERÊNCIAS

ACIC. Manual para propostas de convênios. Florianópolis, 2009.

_____. Portfólio institucional. Florianópolis, 2007.

ARCOVERDE, A. C. B. A família como núcleo socializador. In: Ana Cristina Brito Arcoverde. (Org.). **Mediação de conflitos e família uma visão psicossocial da intervenção no judiciário**. 1 ed. Recife: Editora universitária, 2002, v. 1, p. 29-42.

BIANCHETTI, Lucídio; FREIRE, Ida Mara. **Um olhar sobre a diferença: interação, trabalho e cidadania**. 3. ed. Campinas: Papirus, 2001. 223p. (Série educação especial).

BRASIL, Ministério da Educação. Governo Federal. **Números da educação especial na região sul**. Secretaria de Educação Especial. Junho de 2007.

_____. **Sinopses estatísticas da educação básica**. Censo escolar Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007. Disponível em: <
<http://www.inep.gov.br/basica/censo/Escolar/sinopse>> acesso em 15/12/2008.

_____. [Constituição (1988)]. **Constituição da república federativa do Brasil**: (emendas constitucionais ns. 1 a 48 devidamente incorporadas). 3ª Ed. rev. Barueri, SP: Manole, 2006.

_____. **Lei nº 7.853**, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE), institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF.

_____. **Lei nº 8.112.**, de 11 de dezembro de 1990. Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF.

_____. **Lei nº 8213**, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF.

_____. **Lei nº 8742**, de 07 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília, DF.

BORTOLANZA, Juarez. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. **Uma contribuição à gestão municipal no estabelecimento de prioridades de melhoria na área social**. Florianópolis, 2005. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção.

CALDERÓN, Adolfo Ignacio. **Família: a crise de um modelo hegemônico**. Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez, ano XV, nº 46, pág.21-34, dez. 1994.

CARVALHO, M.C.B. **A priorização da família na agenda política social**. In: KALOUSTIAN. S. m. Família Brasileira a base de tudo. 4ªed. São Paulo: Cortez, Brasília: UNICEF, 2000.

CONDE, Antônio João Menescal. **Definindo a cegueira e a visão subnormal**. Instituto Benjamim Constant [20--]. Disponível em < <http://www.ibr.gov.br> > Acesso em 10/01/2009.

DALLARI, Dalmo. **Direitos humanos e cidadania**. São Paulo: Moderna, 1998.

DIAS, Cíntia Aparecida; FREITAS, Dayana; ARTEN, Maiara Paula de Souza; WIDMAN, Mônica; FIOROTTO, Silvana. **Permanência e adaptação dos acadêmicos com deficiência visual da graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)**. Trabalho realizado para a disciplina de Planejamento em Serviço Social, ministrada pela Professora Maria Teresa dos Santos. Florianópolis, 2007. (trabalho não publicado)

_____.ARTEN, Maiara Paula de Souza; WIDMAN, Mônica. **As condições objetivas para o processo de inclusão de crianças com deficiência na Escola Básica Beatriz de Souza Brito em Florianópolis no bairro do Pantanal**. Trabalho realizado para a disciplina de Pesquisa em Serviço Social, ministrada pela Professora Vânia Maria Manfroi. Florianópolis, 2007. (trabalho não publicado)

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda . **Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, c1999.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL - FCEE. **Relatório estatístico da educação especial no estado de Santa Catarina, 2006**. Disponível em: <www.fcee.sc.gov.br> acesso em 15/12/2008.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1995.

GLAT, Rosana. **Uma família presente e participativa**: o papel da família no desenvolvimento e inclusão social da pessoa com necessidades especiais. Anais do 9º Congresso Estadual das APAEs de Minas Gerais, disponível em CD-Rom, Belo Horizonte/MG, 2004.

GLAT, Rosana; PLETSCHE, Márcia Denise. O ensino itinerante como suporte para a inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais na rede pública de ensino: uma abordagem etnográfica. Revista **Iberoamericana de Educación - Experiências e Innovaciones**. Número 41/2 de 10-janeiro de 2007.

GODOY, Andréa et alli. "**Cartilha da inclusão**" Direitos das pessoas portadoras de deficiência. editada pela PUC-MG.novembro de 2000

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan,1988.

GUGEL, Maria Aparecida. **Pessoas com deficiência e o direito ao concurso público**: reserva de cargos e empregos públicos, administração pública direta e indireta – Goiânia: Ed. da UCG, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 9. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

LONGO, Aline Elise Vargas. Universidade Federal de Santa Catarina Programa de Pós-Graduação em Direito. **A trajetória do legislador municipal e seu papel na contemporaneidade**. Florianópolis, 2002. 175 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas. Programa de Pós-Graduação em Direito.

LOURENÇO, Rosilene Maria. **Os 25 anos do serviço social na Associação Catarinense para Integração do Cego (ACIC)**. Trabalho de Conclusão de Curso UFSC. Departamento de Serviço social, Florianópolis 2004/2.

MAIS,Ivete De. **Programa nacional de apoio à educação de deficientes visuais**: Educação e Reabilitação. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. 2002. (Manual de formação de professor)

MELERO, Miguel Lopez. **Diversidade e cultura:** uma escola sem exclusões. Universidade de Málaga. Espanha, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. 6.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política nacional de assistência social** (PNAS/2004). Brasília, junho/2004.

OGAMA, Maria Aparecida Guerra. TANAKA, Eliza Dieko Oshiro. **Família e instituição para portadores de deficiência mental** – da expectativa do primeiro contato à realidade. In: O Papel da família junto ao portador de necessidades especiais. Londrina: Eduel, 2003. 146p. (Perspectivas multidisciplinares em educação especial 6).

OLIVEIRA, Carlos Afonso da Silva. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência.** Brasília: Ministério da justiça, 2001. 47p. (Cidadania & Inclusão; 1)

OMOTE, Sadão. A deficiência e a família In: **O Papel da família junto ao portador de necessidades especiais.** Londrina: Eduel, 2003. 146p. (Perspectivas multidisciplinares em educação especial ;6).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Programa de ação mundial para as pessoas deficientes.** Resolução 37/52 de 3.12.1982. Disponível em: <http://www.interlegis.gov.br/processo_legislativo> acesso em: 13/01/2009.

PAULA, Ana Rita de; COSTA, Carmen Martini. **A hora e a vez da família em uma sociedade inclusiva** - São Paulo : SORRI-BRASIL, 2006. 36 p.

PARPINELLI, Emilia Passos. **Deficiências; família & prevenção.** Londrina: Grafman, 1997.

PORTAL PEDAGÓGICO DE SANTA CATARINA. **História educação especial.** Disponível em http://www.diaadiaeducacao.sc.gov.br/portal/educadores/educacao_especial Acesso em 20/12/2008.

POWELL, Thomas H; OGLE, Peggy Ahrenhold. **Irmãos especiais**: técnicas de orientação e apoio para o relacionamento com o deficiente. Tradução: Léa E. Passalacqua. Editora Maltese-Norma, 1992. - (Série vida e família)

QUEIROZ, Marco Antonio de. **História da educação para cegos. baseado no texto**: "Educação de Cegos". AMAC - Associação Macaense de Cegos.
Disponível em < <http://www.bengalalegal.com/educacegos.php> > Acesso em 20/12/2008.

RESENDE, Ana Paula Crosara de; VITAL, Flavia Maria de Paiva (Coordenação). **A convenção sobre direitos das pessoas com deficiência comentada**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 2008.

RIBEIRO, João Homem. **Portadores de necessidades especiais: a caracterização das entidades que prestam atendimento, conveniadas à prefeitura municipal de Florianópolis**. Trabalho de Conclusão de Curso, UFSC. Florianópolis. Departamento de Serviço social, 2003.

SÁ, Elizabet Dias de. O deficiente visual e o trabalho competitivo. In: **Revista brasileira de educação especial**, volume I, número 2 (p137-9), 1994.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão**. Construindo uma sociedade para todos. Rio de Janeiro: WVA, 2003.

SAWAIA, Bader Burihan. **As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social**. 3. ed Petrópolis: Vozes, 1999

SILVA, Raimunda Magalhães da; SOBRINHO, Elísio Holanda Guedes; RODRIGUES, Maria Socorro Pereira. A Família e sua importância no processo de formação do cidadão. **Revista família, saúde e desenvolvimento**, Curitiba, v.2, n.2, p.40-48, jul./dez. 2000.

SILVA, Alessandro Soares da; BARBOSA, Renato. Diversidade sexual, gênero e exclusão social na produção da consciência política de travestis. **Revista Athenea Digital revista de pensamiento e investigación social**. Espanha . Número 8, p. 27-49, outubro de 2005.

SPROVIERI, Maria Helena S. A integração da pessoa deficiente. In: MANTOAN, M.T.E. (org). **A integração de pessoas com deficiência**: contribuições para uma reflexão sobre o tema. São Paulo: Mennon, 1997.

TRIVIÑOS, A.N.S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987.

ZANINI, Marcelo. **Os direitos das pessoas portadoras de deficiência visual e desafios de sua conquista**. Trabalho de conclusão de curso. Florianópolis, 2004.

WERNECK, C. **Manual da mídia legal**: jornalistas e publicitários mais qualificados para abordar o tema inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Rio de Janeiro: WVA Ed., 2002.

WIGGERS, Iza Daiana. **Relatório final de estágio**: Associação Catarinense para Integração do Cego – ACIC, junho de 2005. (Trabalho não publicado)

WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre. **Acuidade visual**. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Acuidade_visual>. Acesso em 17/01/2009.

**APÊNDICE A FOTOS DA ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO
CEGO**



Hall de entrada da Associação
Fonte: Arquivo da Acadêmica



Biblioteca da ACIC
Fonte: Arquivo da Acadêmica

APÊNDICE B – ROTEIRO DE PERGUNTAS

A participação da família no processo de reabilitação da pessoa com deficiência visual

Roteiro Perguntas TCC

1. Identificação:

*Nome:

Sexo:

Estado Civil:

Ocupação:

*Parentesco com o Usuário:

*Habitação: () Casa Própria
 () Alugada
 () Financiada
 () Outros; Qual _____

*Composição Familiar: Adultos ()
 Crianças()
 Idosos ()

*Há outros membros com deficiência?

*Renda Familiar:

() Até 1 Salário Mínimo (R\$ 415,00)
 () De 1 ½ a 3 Salários Mínimos (R\$ 622,50 – R\$ 1.245,00)
 () De 3 ½ a 5 Salários Mínimos (R\$ 1.452,50 – R\$ 2.075,00)
 () De 5 ½ a 7 Salários Mínimos (R\$ 2.282,50 – R\$ 2.905,00)
 () Acima de 7 Salários Mínimos

2 – Questões:

2.1 – Em relação à ACIC:

*Porque levou *seu filho* a ACIC?

*Conhece a Instituição?

*Conhece o trabalho que é desenvolvido com *seu filho*? Qual sua opinião a respeito?

2.2 – Sobre a participação no processo de reabilitação:

*De que forma Você (*o senhor, senhora...*) participa do processo de reabilitação de *seu filho, irmão...*?

*Como a família participa do processo de reabilitação?

*Como você avalia a participação dos familiares no processo de reabilitação de *seu filho*?

2.3 – Em relação à Reabilitação:

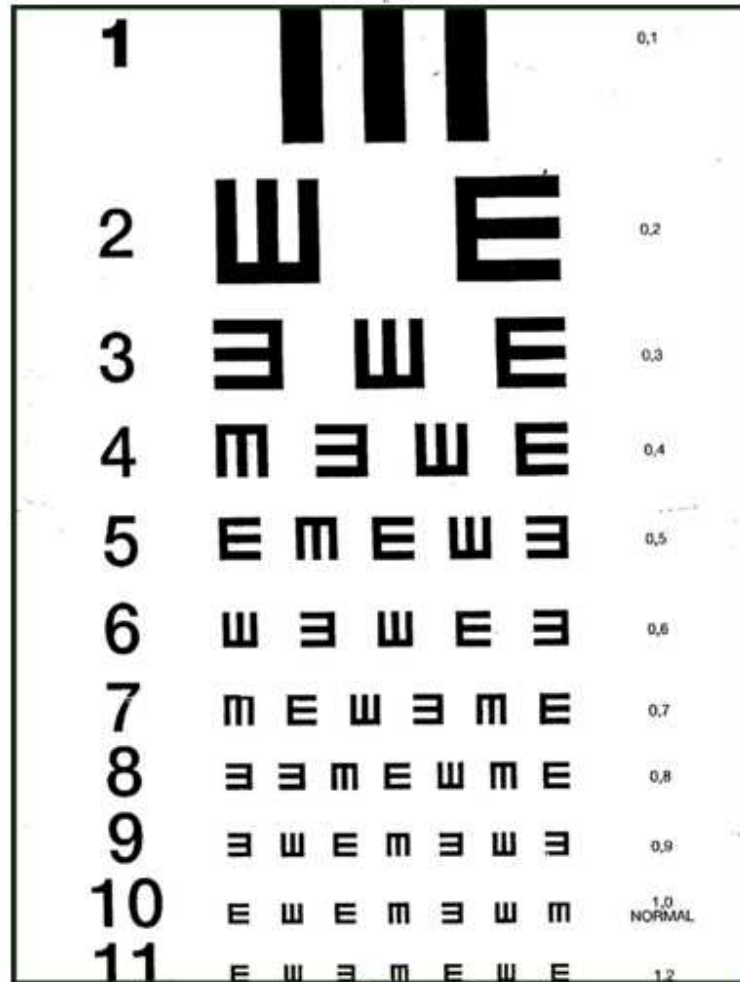
*O que é reabilitação para você?

*De que forma é colocado em prática (em sua casa) os ensinamentos adquiridos por seu filho na ACIC?

* O que você espera para o futuro de seu filho, após o término do período de reabilitação?

ANEXO A - ESCALA OPTOMÉTRICA DE SNELLEN

ESCALA OPTOMÉTRICA DE SNELLEN



ANEXO B – FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO SOCIAL



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE PARA INTEGRAÇÃO DO CEGO - ACIC

Rodovia Virgílio Várzea, 1300 - Saco Grande II - Florianópolis / Santa Catarina
 CEP: 88.032-001 - CAIXA POSTAL 784 Fone/Fax: (048) 238-0169
 Declarada de Utilidade Pública pelas leis nº94.230 de 15.04.87 Federal) 5.478 de 09.10.78
 (Estadual) e 1606 de 28.08.78 (Municipal)
 Registro no CNAS - Processo nº 28995.001049/94-89 na Coordenação de
 Promoção Social sob nº SEBES/CPS 049/79 CGC. 83.598.136/0001/72

Formulário de Avaliação Social

Prontuário nº : _____

Data : ____/____/____

1- Identificação:

Nome: _____

Sexo: _____ Estado Civil: _____ Data de Nascimento: ____/____/____

Idade Cronológica: _____ Local de Nascimento: _____

Filiação: Pai: _____

Mãe: _____

Responsável: _____

Endereço Residencial: _____

CEP: _____ Fone: (____) _____

Ponto de Referência: _____

Local de Trabalho do Responsável: _____

Fone: (____) _____

Nº Cart. Prof. : _____ Série: _____

CI: _____ Órgão Emissor : _____ Data Expedição: _____

CPF: _____

Cartão do SUS: _____

Título De Eleitor: _____ Zona: _____ Seção: _____

Certificado de Reservista: _____ Região: _____

Outros: Convênios: _____

2 – Condições:

2.1 – Familiares:
